



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXV — N.º 99

QUINTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1970

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 113.ª SESSÃO EM 26 DE AGOSTO DE 1970

#### 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. JOAO  
CLEOFAS, WILSON GONÇALVES  
E MANOEL VILLAÇA**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard  
— Oscar Passos — Flávio Brito —  
Milton Trindade — Victorino Freire  
— Petrónio Portella — Duarte Filho  
— Manoel Villaça — Argemiro de Figueiredo — João Cleofas — José Ermirio — Júlio Leite — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Raul Giuberti — Paulo Tôrres — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares — Moura Andrade — Bezerra Neto — Celso Ramos — Antônio Carlos — Attilio Fontana — Guido Mondin — Daniel Krieger — Mem de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)**  
— A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### PARECERES

**PARECER N.º 575, DE 1970**

da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970 (n.º 138-B, de 1970, na Câmara), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, adotada em Londres a 23 de junho de 1969.

**Relator: Sr. Moura Andrade**

Nos termos do artigo 44, inciso I, da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, o Senhor Presidente da República, com a Mensagem n.º 68, de 27 de abril de 1970, submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, assinada pelo Brasil e outros países, em Londres, no dia 23 de junho de 1969, como resultado dos estudos realizados pela conferência convocada pela Organização Consultiva Marítima Intergovernamental, agência especializada das Nações Unidas em navegação marítima internacional.

O objetivo da Convenção é o de unificar e simplificar os diversos sistemas de medida de tonelagem dos navios mercantes, propiciando grandes vantagens para os construtores e

armadores de todo o mundo, que aderiram à citada convenção.

Ao encaminhar o texto da Convenção à Sua Excelência o Senhor Presidente da República, o Chanceler Mário Gibson Barbosa, ressaltando o grande interesse que as autoridades competentes da Marinha vêm demonstrando pela matéria, manifesta-se pela conveniência de o Governo brasileiro ratificar a referida Convenção.

No exame do assunto na Câmara dos Deputados, a Comissão de Relações Exteriores se pronunciou, por unanimidade, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo que anexou ao seu parecer. A Comissão de Constituição e Justiça, sob os aspectos jurídico e constitucional, deu parecer favorável ao projeto que aprova a Convenção e, finalmente, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas aprovou o parecer do relator — Deputado Alberto Costa —, no qual, após tecer algumas considerações sobre a Convenção, ressalta que a mesma:

“Apresenta definições e estabelece normas para a aplicação do convencionado, disciplinando de forma técnica e útil matéria de alta relevância para os países signatários com a padronização dos métodos e princípios, em matéria que tem sido motivo de controvérsia”.

Sob o âmbito da competência desta Comissão, qual seja o exame do aspecto das relações internacionais do

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL  
WILSON MENEZES PEDROSA  
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA  
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO  
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO  
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

#### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

#### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

Brasil com as nações amigas e com os organismos supra nacionais e suas agências especializadas, cabe-nos recomendar a ratificação da Convenção, pelas seguintes razões:

1.ª Trata-se de assunto altamente técnico do ponto de vista da navegação marítima internacional;

2.ª Cria condições de unificação e sistematização das medidas adotadas atualmente, com a intenção de eliminar a controvérsia existente sobre a matéria;

3.ª É de toda a conveniência que a indústria brasileira de construção naval siga os mesmos padrões de medida adotados internacionalmente, para acompanhar a evolução da tecnologia dos países mais adiantados que o nosso;

A vista do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1970. — Gilberto Marinho, Presidente — Moura Andrade, Relator — Mem de Sá — Antônio Carlos — Bezerra Neto — José Guiomard — Pessoa de Queiróz — Carlos Lindenberg.

### PARECERES

N.ºs 576, 577, 578 E 579, DE 1970

sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970 (n.º 141-B, de 1970, na Câmara), que aprova o Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

### PARECER N.º 576

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Sr. Guido Mondin

O presente projeto de decreto legislativo, submetido à deliberação do Congresso Nacional, na forma do disposto no art. 44, I, da Constituição, pela Mensagem n.º 113, de 22 de maio de 1970, do Senhor Presidente da República, visa a aprovar o texto do Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

As razões que levaram o Governo do Brasil a firmar o Acórdão ora em de-

bate estão contidas na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, assim consubstanciadas:

“O convênio que ora submete à alta apreciação de Vossa Excelência tem como objetivo facilitar e regulamentar as atividades, no território brasileiro, do maior Organismo Especializado da Organização dos Estados Americanos.

Sua aprovação é especialmente oportuna no momento presente, em que as atividades do IICA estão sendo substancialmente ampliadas no Brasil e cobrem extensa área geográfica, compreendendo programas de cooperação agrícola que vão de Belém do Pará ao Rio Grande do Sul.

O Acórdão Básico, após determinar a personalidade jurídica do Instituto, estabelece suas prerrogativas e imunidades e a do pessoal estrangeiro a seu serviço. Seguem essas prerrogativas e imunidades o modelo da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, da qual o Brasil é parte.

Ficam assim os funcionários estrangeiros do IICA isentos de impostos, restrições de imigração e serviços de caráter nacional em geral, tal como é costume no caso de funcionários internacionais.

Por seu lado, o Instituto renuncia à imunidade de jurisdição no caso dos seus funcionários pertencentes à categoria de Pessoal Auxiliar e se compromete a renunciar à imunidade de qualquer de seus funcionários quando considerar que aquele privilégio estiver obstando o curso da justiça e a renúncia não vier causar prejuízo ao Instituto.

Assume, outrossim, o compromisso de cooperar com as autoridades brasileiras competentes no sentido de facilitar a administração da justiça e evitar que ocorra abusos em relação às prerrogativas e imunidades de que trata o presente Acôrdo.

Inexistindo quaisquer dúvidas quanto à constitucionalidade da matéria em exame, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1970. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Guido Mondin**, Relator — **Antônio Carlos** — **Dinarte Mariz** — **Carvalho Pinto** — **Eurico Rezende** — **Carlos Lindenberg**.

#### PARECER N.º 577

##### Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Sr. Bezerra Neto

O Projeto de Decreto Legislativo, que ora é submetido ao exame desta Comissão, visa a aprovação do Acôrdo Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas, dispondo sobre privilégios e imunidades daquele organismo internacional. O convênio foi assinado em Brasília, no dia 2 de março último. Entre as prerrogativas e imunidades negociadas, se encontram as que permitem ao Instituto:

- contratar, adquirir e dispôr de bens móveis, assim como adquirir bem imóvel destinado à instalação de sua Representação no Brasil;
- inviolabilidade da sede, dos bens e dos arquivos do Instituto, os

quais não são suscetíveis de desapropriação, requisição ou qualquer outra forma de intervenção;

— completa imunidade de jurisdição;

— isenção de impostos diretos;

— isenção de direitos aduaneiros sobre objetos importados ou exportados;

— movimentação de contas em qualquer moeda e transferência de divisas de um Estado para outro;

— tratamento favorável nas comunicações oficiais, idêntico ao concedido às missões diplomáticas, no tocante a prioridades, tarifas, sobretarifas e impostos.

Também aos funcionários do Instituto, são concedidas prerrogativas e imunidades, quanto aos atos praticados no desempenho das funções. Estarão eles isentos de imposto de renda e de restrições de imigração, juntamente com seus familiares. Terão franquias semelhantes às desfrutadas pelos funcionários de missões diplomáticas estrangeiras, podendo importar, livres de impostos, bens móveis.

Essas prerrogativas não serão concedidas a funcionários brasileiros, e o Instituto renuncia à imunidade de jurisdição quanto a seus empregados ou funcionários da categoria de Pessoal Auxiliar.

O acôrdo prevê a defesa dos interesses brasileiros. Principalmente tendo em vista que o Instituto é organismo especializado em ciências agronômicas, para cuja organização o Brasil contribuiu, ao firmar a Convenção aberta à inscrição na União Pan-Americana, no dia 15 de janeiro de 1944.

A matéria foi submetida à consideração do Congresso, por meio de Mensagem do Sr. Presidente da República, acompanhada de exposição de motivos, em que o Chanceler brasileiro mostra que a aprovação do Convênio "é especialmente oportuna no momento presente, em que as atividades do IICA estão sendo substancialmente ampliadas no Brasil e cobrem extensa área geográfica, compreendendo programas de cooperação agrícola que vão de Belém do Pará ao Rio Grande do Sul."

Na realidade, o acôrdo segue as normas estabelecidas pelos canais diplomáticos.

Somos, portanto, pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1970. — **Gilberto Marinho**, Presidente — **Bezerra Neto**, Relator — **José Guimard** — **Antônio Carlos** — **Mem de Sá** — **Moura Andrade** — **Carlos Lindenberg** — **Pessoa de Queiroz**.

#### PARECER N.º 578

##### Da Comissão de Agricultura

Relator: Sr. Attilio Fontana

Aprovar o Acôrdo Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília, a 2 de março de 1970, é objetivo do projeto de decreto legislativo, que vem ao exame desta Comissão.

Mensagem do Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, submete — na conformidade do disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal — a matéria à deliberação do Congresso Nacional.

O Chanceler brasileiro, na sua Exposição de Motivos, informa que o convênio regulamenta e facilita as atividades, em nosso País, do maior organismo especializado da Organização dos Estados Americanos. E salienta:

"Sua aprovação é especialmente oportuna no momento presente, em que as atividades do IICA estão sendo substancialmente ampliadas no Brasil e cobrem extensa área geográfica, compreendendo programas de cooperação agrícola que vão de Belém do Pará ao Rio Grande do Sul."

Pelo acôrdo, são estabelecidas prerrogativas e imunidades ao pessoal estrangeiro em atividade no Brasil, a serviço da referida instituição. O modelo seguido, com referência ao assunto, é a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, firmada a 18 de abril de 1961 e da qual o Brasil é parte.

Entre as prerrogativas aos funcionários estrangeiros do IICA estão compreendidas: isenção de impostos,

restrições de imigração e serviços de caráter nacional em geral. De sua parte, o Instituto renuncia à imunidade de jurisdição "no caso dos seus funcionários pertencentes à categoria de Pessoal Auxiliar e se compromete a renunciar à imunidade de qualquer dos seus funcionários, quando considerar que aquele privilégio estiver obstando o curso da justiça e a renúncia não vier em prejuízo do Instituto".

Na verdade, o convênio é benéfico, principalmente pela ajuda científica, no campo da agronomia, que se propõe prestar ao Brasil. E isso interessa, de maneira extraordinária, ao País, por motivos óbvios.

O acôrdo versa sobre privilégios e imunidades do Instituto e pode ser denunciado a qualquer momento, mediante notificação escrita.

No que interessa a esta Comissão, não há nenhuma objeção a ser levantada. Somos, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de julho de 1970. — Flávio Brito, Presidente — Atilio Fontana, Relator — Júlio Leite — José Ermirio — Argemiro de Figueiredo.

#### PARECER N.º 579

Da Comissão de Finanças

Relator: Sr. Júlio Leite

O presente projeto de decreto legislativo aprova o Acôrdo Básico entre o Governo do Brasil e o IICA-Instituto Interamericano de Ciências Agrônomicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília, a 2 de março de 1970.

A Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores diz que o convênio "tem como objetivo facilitar e regulamentar as atividades, no território brasileiro, do maior organismo especializado da OEA — Organização dos Estados Americanos".

E prossegue:

"Sua aprovação é especialmente oportuna no momento presente, em que as atividades do IICA estão sendo substancialmente ampliadas no Brasil e cobrem extensa área geográfica, compreendendo programas de cooperação agrícola que vão de Belém do Pará ao Rio Grande do Sul.

O Acôrdo Básico, após determinar a personalidade jurídica do Insti-

tuto estabelece suas prerrogativas e imunidades e a do pessoal estrangeiro a seu serviço. Seguem essas prerrogativas e imunidades o modelo da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, da qual o Brasil é parte.

Ficam assim os funcionários estrangeiros do IICA isentos de impostos, restrições de imigração e serviços de caráter nacional em geral, tal como é costume no caso de funcionários internacionais.

Por seu lado, o Instituto renuncia à imunidade de jurisdição no caso dos seus funcionários pertencentes à categoria de Pessoal Auxiliar e se compromete a renunciar à imunidade de qualquer dos seus funcionários quando considerar que aquele privilégio estiver obstando o curso da justiça e a renúncia não vier causar prejuízo ao Instituto.

Assume, outrossim, o compromisso de cooperar com as autoridades brasileiras competentes no sentido de facilitar a administração da justiça e evitar que ocorram abusos em relação às prerrogativas e imunidades de que trata o presente Acôrdo."

Do ponto de vista financeiro, cumpre salientar apenas que se vai votar as seguintes isenções:

"Artigo VII — O Instituto será:

a) isento de qualquer contribuição fiscal direta, entendendo-se, contudo, que não poderá ser reclamada isenção de contribuição que de fato constitua retribuição por serviços públicos;

b) isento de direitos aduaneiros que incidam sobre objetos importados ou exportados para uso oficial. Os artigos importados livres de direitos não serão vendidos no Brasil, senão de acôrdo com as condições que forem acordadas com o Governo;

c) isento de direitos aduaneiros, proibições ou restrições para a importação e exportação de suas publicações."

O artigo XI, diz:

"Artigo XI — Os funcionários do Instituto gozarão, igualmente, das seguintes prerrogativas:

a) estarão isentos de impostos que incidam sobre os salários ou

vencimentos pagos pelo Instituto;

c) ser-lhes-ão concedidas, no tocante ao movimento internacional de fundos, franquias idênticas às que desfrutam os funcionários de categorias equivalentes pertencentes às missões diplomáticas estrangeiras acreditadas junto ao Governo;

e) poderão importar, livre de impostos, seus bens móveis, após tomarem posse de seus cargos no Brasil."

O artigo XII exclui dessas prerrogativas os funcionários do Instituto que tenham nacionalidade brasileira.

Uma vez que tais benefícios seguem o modelo da aludida Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, da qual o Brasil é parte, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1970. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Júlio Leite, Relator — Waldemar Alcântara — Carvalho Pinto — José Ermirio — Mello Braga — Dinarte Mariz — Carlos Lindenberg — Raul Giuberti — Flávio Brito — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Sobre a mesa projetos de resolução que vão ser lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 63, DE 1970

Nomeia, em vagas existentes, para cargos iniciais da carreira de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, candidatos habilitados em concurso público.

O Senado Federal resolve:

Artigo único — São nomeados, em vagas existentes, de acôrdo com o art. 85, letra c, n.º 2, do Regimento Interno, para os cargos iniciais da carreira de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Adolfo Cardoso, Hélcio Bonifácio Ferreira, Adelino Silva e Maria Aparecida Stein Tollendal Pacheco, candidatos habilitados em concurso público.

#### Justificação

A Comissão Diretora propõe as nomeações dos candidatos Adolfo Car-

doso, Hécio Bonifácio Ferreira, Adeline Silva e Maria Aparecida Stein Tollendal Pacheco, classificados em 1.º, 2.º, 3.º e 4.º lugares, respectivamente, no Concurso Público, realizado em junho do corrente ano, para provimento de cargos vagos na classe inicial da carreira de Taquígrafo de Debates, conforme resultado final do concurso, homologado em 12-8-70 e publicado no DCN de 19-8-1970.

Assim justificado, submetemos o projeto à consideração do Plenário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1970. — João Cleofas — Wilson Gonçalves — Paulo Tôres — Manoel Villaga.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 64, DE 1970

Exonera, a pedido, Wilson Pecanha, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

**Artigo único** — É exonerado, a pedido, de acordo com o art. 85, letra c, n.º 2, do Regimento Interno, do cargo de Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Wilson Pecanha, a partir de 14 de julho de 1970.

#### Justificação

Visa o presente Projeto a atender pedido formulado pelo servidor, que tendo sido aprovado em Concurso para o cargo de Inspetor de Polícia Federal, foi nomeado por Ato publicado no Diário Oficial de 13 de julho de 1970.

Assim justificado, submetemos o projeto à consideração do Plenário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1970. — João Cleofas — Wilson Gonçalves — Paulo Tôres — Manoel Villaga.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 65, DE 1970

Aposenta Jorge Manoel Azevedo, Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

**Artigo único** — É aposentado, por invalidez, de acordo com os arts. 101, item I, e 102, item I, letra b, da Constituição da República Federativa do

Brasil, combinado com os arts. 340, item III, § 2.º, 341, item III, § 1.º, da Resolução n.º 6, de 1960, e artigo 1.º da Resolução n.º 16, de 1963, com a gratificação adicional a que faz jus, Jorge Manoel Azevedo, Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

#### Justificação

O servidor foi submetido à inspeção de saúde, tendo a Junta Médica do Senado Federal o considerado incapacitado para o serviço público.

Assim justificado, a Comissão Diretora submete à apreciação do Plenário o presente projeto de resolução.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1970. — João Cleofas — Wilson Gonçalves — Paulo Tôres — Manoel Villaga.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 66, DE 1970

Aposenta Antenor Rocha Pinto, Auxiliar de Portaria, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

**Artigo único** — É aposentado, por invalidez, de acordo com os arts. 101, item I, e 102, item I, letra b, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 340, item III, § 2.º, 341, item III, e 319, § 4.º, da Resolução n.º 6, de 1960, e art. 1.º da Resolução n.º 16, de 1963, com a gratificação adicional a que faz jus, Antenor Rocha Pinto, no cargo de Auxiliar de Portaria, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

#### Justificação

O presente projeto visa a conceder aposentadoria a um servidor que se encontra incapacitado para exercer suas funções.

O funcionário em causa foi submetido a exame de saúde pela Junta Médica do Senado e a do Hospital Distrital de Brasília, concluindo por sua invalidez.

Diante do exposto, a Comissão Diretora submete o projeto à consideração do Plenário, ex vi do disposto no art. 85, letra c, n.º 2, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1970. — João Cleofas — Wilson Gonçalves — Paulo Tôres — Manoel Villaga.

### O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— Os projetos lidos, de autoria da Comissão Diretora, independem de parecer de outras comissões. Serão publicados e oportunamente incluídos em Ordem do Dia.

### O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)

— Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador José Ermírio.

### O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Lê o seguinte discurso.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores: na oportunidade em que foi enviada à consideração do Congresso Nacional a Mensagem do Governo que dispõe sobre o Programa de Integração Social, tive ensejo de apartear o ilustre Senador Petrônio Portella, que discursava, manifestando nossa alegria por essa proposição que objetiva estabelecer a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Temos conhecimento de que outros projetos nesse sentido, já foram antes apresentados, mas reconhecemos que nenhum com a estruturação e o alcance deste, que visa a auxiliar, de uma forma positiva, a grande massa trabalhadora e dar-lhe melhores condições de vida, através da poupança, com juros e correção monetária, constantes do Fundo de Participação, criado pelo projeto. É uma medida de grande envergadura e justiça social, levando-se na devida conta a luta cotidiana que este contingente humano empreende, sob condições às vezes as mais adversas, mas, invariavelmente esforçando-se por dar todo o possível no desenvolvimento de sua empresa e, por via de consequência, transformando-se numa geratriz do engrandecimento nacional em todas as suas frentes.

Merece, desta maneira, o Governo os nossos aplausos pela iniciativa que surge como o despontar de uma nova era para os trabalhadores brasileiros.

Procuramos estudar esta proposição e sentir quais serão os seus efeitos. Nada encontramos que a invalidasse, porém julgamos necessário apresentar três emendas, que têm em mira aperfeiçoá-la. Apresentamos estas emendas perante a Comissão Mista que estuda a matéria, pelas razões que citaremos. A primeira, refere-se à alínea b, do art. 8.º, passando os juros de 3% para 5%. Esta correção se impõe, pois os juros correntes, a prazo fixo, nos bancos particulares, são mui-

to mais elevados e a própria Caixa Econômica Federal tem por norma pagar 6% para os depósitos que recebe a prazo fixo, conforme informação que recebemos. Não é justo, pois, que se pague tão-somente 3% sobre os depósitos dos trabalhadores, constantes do Fundo de Participação que, mais do que ninguém, precisam dessa complementação salarial. Mesmo baixando-se os juros — conforme declarou o Sr. Ministro da Fazenda — e que realmente devem ser diminuídos, ainda é comportável um percentual de 6% que se destina a elevar a renda do trabalhador.

A segunda emenda visa incluir parágrafo único ao art. 11. O Regulamento a que se refere este artigo deverá, na parte relativa à concessão de empréstimos e financiamentos, dar preferência às pequenas e médias empresas que, tendo maioria de capital brasileiro, possuam boa rentabilidade, e, ainda, às empresas consideradas de interesse nacional e rentabilidade comprovada. Apresentamos como justificativa o fato de que o Ministro da Fazenda, em declarações recentes, disse que o montante dos depósitos do Fundo de Participação poderá atingir, em 1974, a 5 bilhões de cruzeiros, recursos estes a serem utilizados como fornecimento de capital de giro do setor privado. O importante, assim, é que o capital arrecadado não fique em poder do Governo e, muito menos, seja utilizado para financiar suas operações, pois isso contribuiria para um esvaziamento do capital de giro das empresas. A emenda visa, dessa forma, a defender as empresas brasileiras, médias e pequenas, com boa rentabilidade, evitando o emprêgo desse capital em favor de firmas estrangeiras. Por outro lado, existe mais um fato que precisa ser observado. Como o Fundo de Participação poderá atingir a estas somas muito altas é preciso que estes recursos sejam aplicados com rapidez, sob pena de se converter num instrumento de retirada de circulação do capital de giro das firmas, ficando em mãos do Governo. Confiamos, pois, na atuação do Governo, dando uma solução rápida e racional para recursos que têm por objetivo primordial o de ajudar os trabalhadores.

A terceira emenda tem por objetivo fazer com que a Caixa Econômica Federal apresente, semestralmente, um

balanço relativo aos gastos administrativos aludidos na alínea c do art. 8.º, e a percentagem dos mesmos em relação ao volume dos depósitos do Fundo de Participação. Como é do conhecimento de todos nós, a Caixa Econômica Federal já dispõe de um vasto complexo administrativo, que será certamente usado na administração do Fundo de Participação. Evidentemente, se vamos utilizar serviços existentes, ou criado um departamento, os gastos de administração devem ser os mínimos. Impõe-se, por outro lado, que tanto os trabalhadores como a própria Nação tomem ciência desse pormenor, o que poderá ser feito através do balanço semestral.

Concluindo, Srs. Senadores, eram estas as sugestões que fazemos. Louvamos os aspectos do projeto visando ao mesmo tempo auxiliar o trabalhador e as empresas, abrindo a estas linhas de crédito às particulares, com apenas a taxa de juros e correção monetária. Os financiamentos e empréstimos devem ter como principal objetivo ajudar os setores da produção, em todas as suas áreas. Somos de opinião de que também devem ser ajudadas através do Fundo de Participação as empresas de caráter estatal, quando reconhecidamente de interesse nacional e tenham uma rentabilidade assegurada. Podemos situar neste caso a Petrobrás e as siderurgias que tenham acima de 66% de capital brasileiro. Ainda outra lembrança que trazemos ao Governo é para que, quando for feita a regulamentação, uma vez convertido o presente projeto em lei, não se esquecer de munir-se dos mais s veros instrumentos punitivos contra aqueles que deixarem de a cumprir, seja porque razão for.

São essas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as considerações que tinha que fazer sobre o presente projeto. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)**

— Tem a palavra o nobre Senador Flávio Brito.

**O SR. FLÁVIO BRITO (Lê o seguinte discurso.)** — Senhor Presidente, Senhores Senadores, desejo consignar a visita feita a nosso País pelo Sr. Philippe Blamont, diretor do Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico da OIT em Turim. A viagem do Senhor Blamont, que se estenderá a cinco

Nações da América Latina: Chile, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela, tem como principal finalidade conhecer os propósitos e necessidades de formação de especialistas para os diferentes setores da atividade econômica. A OIT, através do Centro de Turim, pretende desenvolver nos anos de 1971 e 1972 um plano de preparação de técnicos e de instrutores, que possam participar do processo de desenvolvimento de seus países, através de atuação regional, que possibilite multiplicar os conhecimentos e as habilidades adquiridas.

O projeto destina-se pois à formação de líderes capazes de catalizar e incentivar as comunidades locais, para o que pretende aprimorar as atividades individuais na busca de melhores índices de produtividade. O plano, que provavelmente contará com a colaboração da UNESCO, oferecerá à América Latina cerca de 250 Bolsas de Estudo, das quais, pelo menos 50, serão distribuídas a técnicos brasileiros.

Importa, neste momento, relevar o expressivo significado desse oferecimento. Faço-o com o justo prazer dos que têm conhecimento de causa, pois, Senhor Presidente e Senhores Senadores, ao regressar de minha recente viagem a Genebra, integrante que fui da delegação brasileira a 54.ª Sessão da Conferência Geral da OIT, animado pelo propósito de continuar atento a quanto possa oferecer, a nosso País e especialmente à Amazônia, elementos efetivos de progresso, visitei o Centro de Turim, entrevistei-me com seus principais diretores, percorri suas instalações, assisti a algumas aulas, a sessões de estudo, a palestras e discussões em grupo e posso testemunhar a melhor impressão de excelente pedagogia e de atualidade metodológica, que se inscreveu definitivamente como característica desta entidade internacional. Para melhor conhecer a vida do bolsista no Centro, fiz questão de participar de todas as atividades normais do dia de estudos e trabalhos que o estagiário vive naquele ambiente internacional. Hospedei-me na residência do Centro e posso atestar que há muito conforto nas habitações individuais em apartamentos dotados de sala de estudo e banheiro privativo. Convivi com os estagiários nas horas

de trabalho, nas refeições e nos momentos de lazer e trago meu depoimento de quanto de compreensão internacional pode-se haurir na reunião informal dos amplos salões destinados a esta sadia convivência. Conheci profissionais de muitos países, todos preocupados com o futuro da comunidade onde vivem. Intencionalmente a entidade só aceita participantes com experiência profissional e responsabilidade de encargos — assim fica assegurado o retorno e atuação no país de origem.

O majestoso edifício-sede, sugestivamente denominado "Palácio do Trabalho", construído para ser o pavilhão principal da grande feira comemorativa do centenário da unificação política da Itália, foi convenientemente adaptado e reúne oficinas, escritórios, administração, salas de aula e anfiteatros, todas as dependências equipadas com mobiliário funcional e adaptadas ao sistema da tradução simultânea (feita por uma equipe de intérpretes diplomados e de excelente qualificação). O Centro fornece completa assistência médica e social, promove excursões e visitas e incentiva o intercâmbio internacional. Os cursos duram 3 meses e oferecem oportunidade de estágio por 2 semanas em outros países da Europa. Muitos dos seus antigos estagiários desempenham hoje destacada atuação profissional na administração e no desenvolvimento econômico de seus países e, para citar o exemplo nacional, lembraria dois diretores gerais do Ministério do Trabalho e da Previdência Social: os professores João Jesus de Salles Pupo e Robert Dannemann, o diretor nacional e diversos diretores regionais do SENAC, diversos diretores do SENAI, além de muitos responsáveis pelos serviços de formação profissional em quase todos os Estados da Federação.

Há grande parcela de entusiasmo nas referências feitas — é sincero e razoável este sentimento e tanto mais quando me recordo que este ano de 1970 foi dedicado à educação pelas Nações Unidas e que o governo decidiu ser a educação atividade prioritária no esforço do desenvolvimento nacional.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador.) — É uma notícia magnífica

que V. Exa. está dando no Plenário desta Casa. A nossa massa estudiosa, inteligente e capaz poderá lucrar imensamente com estudos adequados e conhecimentos técnicos numa região onde, apesar da terra ser pobre e cansada, pode-se conseguir um rendimento acima de quatro mil quilos, por hectare.

O SR. FLÁVIO BRITO — Senador José Ermírio, agradeço o aparte de V. Exa. que é um dos maiores capitais da indústria brasileira. Sabe V. Exa. que esse grande centro sempre dava bolsas à indústria e ao comércio. Agora, o esforço todo pessoal de um dos diretores do Departamento de Salário do Ministério da Agricultura, Dr. João Paulo Pupo, é que nos levou a essa grande instituição, para que a agricultura pudesse também ter condições de encaminhar pessoas para se especializarem em estudos para obtenção de maior produtividade nas nossas organizações agrícolas.

(Retomando a leitura.)

Este registro tem a intenção paralela de informar à Casa do muito que se poderá obter com a aproximação e o intercâmbio das instituições brasileiras com as entidades mantidas pelas organizações internacionais. Importa selecionar bolsistas mediante critérios convenientes às metas que se persegue e, nesse particular, é válido encarecer a crescente importância das atividades agropastoris, as únicas que, até o momento, não mereceram o justo tratamento dos organismos encarregados da formação técnico-profissional. Os entendimentos que tive com diretores do Centro de Turim, trouxeram-me o alento de uma grande esperança: eles, como nós, compreenderam que o desenvolvimento econômico das nações não industrializadas depende fundamentalmente da produtividade do campo e que, na medida em que se valoriza o homem, aumentando o custo do fator trabalho, é necessário obter da mão-de-obra a produção compensadora, sem o que jamais nossos produtos poderão concorrer competitivamente no mercado internacional.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITO — Com prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Louvo o discurso de V. Exa. na oportunidade em que, realmente, existem motivos para termos entusiasmo com o futuro do setor agropecuário em nosso País, em face das diretrizes que o Governo da União, e também de grande número de Estados da Federação, estão tomando em apolamento e preparo técnico-profissional dos homens do campo. O desenvolvimento do setor agrário criará condições vantajosas para o desenvolvimento da indústria. Todos os países cuidaram primeiro do desenvolvimento agropecuário, porque este cria riqueza e dá poder aquisitivo aos lavradores. Assim, as indústrias terão facilidade de colocar os seus produtos no meio rural. Infelizmente, as indústrias sofrem as consequências, quando o meio rural é pobre.

Nesse particular, a orientação em nosso País é muito diferente da que deve ser adotada e foi seguida em tempos passados, que é a de desenvolver o setor rural o que resulta em desenvolver também o setor industrial, porque os dois pólos se completam, os dois setores se fortalecem e enriquecem e fortalecem o regime e a própria Nação.

O SR. FLÁVIO BRITO — Muito obrigado, nobre Senador Atílio Fontana. Nós, com a responsabilidade que temos na liderança da agricultura, assistimos, por diversas vezes, a pronunciamentos do eminente Senador, nesta Casa, fazendo ver a necessidade do desenvolvimento tecnológico da agricultura para que, juntamente com a indústria e o comércio, possa, num desenvolvimento só, trazer mais recursos para o Brasil.

(Lê.)

A produtividade rural, Sr. Presidente, tem muitas razões que bem justificam sua procura resistente e até obsessiva. Basta enumerar as vantagens da criação do mercado periférico, o único capaz de absorver nossa produção industrial, o preenchimento dos vazios existentes nos setores de nossa economia, a superação do êxodo rural com a consequente integração territorial — forma exclusiva de preservar a unidade nacional — a diminuição das desigualdades de valorização profissional, o aumento da arrecadação municipal; a obtenção de



melhores condições de vida do trabalhador do campo, que representa metade da população brasileira; a absorção da força do trabalho, que cresce exponencialmente cada ano e cuja tendência, com o aumento da tecnologia e a introdução de elementos poupadores do trabalho, é para uma diminuição no índice de emprego relativamente à produção. O pleno emprego, ideal da ética e da segurança social, implica pois no aumento da produtividade. Parece-me oportuno trazer à memória dos devotados Companheiros desta Casa a relevante importância que reveste a imperiosa necessidade de preparo do técnico agrícola e da logística que precisa ser desenvolvida para atendê-lo: cooperativas de consumo, de produção e de trabalho; segurança de preços mínimos para a produção; administração e controle da empresa rural; formação técnica e educação permanente, em especial para os jovens, à parte o incentivo às ações que visam ao aprimoramento comunitário; assistência social e oportunidades de investimento pessoal, em capital e em trabalho, este traduzido pela qualificação profissional.

**O Sr. Bezerra Neto** — Permite-me V. Exa. um aparte?

**O SR. FLAVIO BRITO** — Com muito prazer.

**O Sr. Bezerra Neto** — Nobre Senador Flávio Brito, louvo as gestões com êxito encetadas por V. Exa., na qualidade de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, junto ao Centro de Turim. Estou bem certo de que esses entendimentos, essas realizações, esse intercâmbio, resultarão em benefício para a coletividade, especialmente no setor agrícola, área em que o nobre colega atua como líder incontestável. Conhecedor que sou da obtenção, pela Confederação Nacional da Agricultura, de um número de bolsas para estudantes, para os futuros técnicos brasileiros, espero conseguir uma cota para o Sindicato Rural dos Municípios de Corumbá e Campo Grande, que me solicitam entendimentos neste sentido. Neste particular, V. Exa. vai atender a uma grande reivindicação no setor técnico agropecuário. É uma notícia alvissareira, promissora, que transmitirei aos centros interessados do Estado de Mato Grosso, um dos quais o

Sindicato Rural de Corumbá. Saberei divulgar esta realização de V. Exa. e estou certo de que sua repercussão no setor de produção, no setor técnico do Estado de Mato Grosso, será a melhor possível.

**O SR. FLAVIO BRITO** — Muito obrigado, Senador Bezerra Neto. V. Exa. representa um Estado cuja economia é quase na totalidade baseada na agropecuária, Estado que, tenho certeza, precisa de desenvolvimento mais rápido.

Nós não podemos nos restringir ao minifúndio. Nós, da agricultura, temos que sair para as empresas rurais e para isso é necessário que tenhamos em nossa classe, no setor agrícola, homens com conhecimentos técnicos, como possuem a indústria e o comércio.

**O Sr. Bezerra Neto** — V. Exa. vai-me permitir, ainda, juntar uma observação: Independentemente da ação do Governo que, no setor tecnológico, no setor educacional-agrícola é a mais rarefeita possível, há uma nova geração, em nosso País, principalmente no Estado de Mato Grosso — falo por este Estado — interessada na produção agrícola, na pecuária, que muito nos envida. É uma geração nova, animada, a reproduzir a ação de seus ancestrais, pecuaristas, dedicada toda ela a um trabalho de desenvolvimento, na sua atividade particular, pessoal, independente de qualquer relação com o Governo. Nós devemos cercar esses jovens, esses animados trabalhadores, produtores, da nova geração, de todo incentivo possível. Neste ponto, considero a obtenção, por V. Exa., dessas bolsas do Centro de Turim, destinadas aos estudiosos da técnica agropecuária, da mais relevante importância.

**O SR. FLAVIO BRITO** — Muito obrigado, Senador Bezerra Neto.

(Lendo.)

Tenho, portanto, boas razões para evidenciar a visita do Sr. Blamont e manifestar minha esperança de que os bons entendimentos tenham continuidade e tragam os benefícios que se podem, desde já, prever e esperar.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)** — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

**O SR. ATTILIO FONTANA (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, nesta oportunidade, falar sobre o Projeto de Lei n.º 184, de 1968, em tramitação nesta Casa, já aprovado na Câmara dos Deputados, e dizer do meu inconformismo em relação a ele.

Esse projeto de lei oficializa as rinhas de galo. Há dias, comunicávamos ao Sr. Presidente desta Casa, Senador João Cleofas, o nosso inconformismo com esse projeto, e o nosso desejo de tecer algumas considerações, da tribuna do Senado, demonstrando a inconveniência de ser aprovada a proposição.

Um país em desenvolvimento, como o nosso, não deve legislar de maneira que, me parece, estaríamos regredindo, porque nenhum país desenvolvido, nenhum país civilizado oficializa a rinha de galo, como pretendemos aqui no Brasil.

A rinha de galo não trará nenhum benefício, ao contrário, prejudicará o próprio entendimento entre as famílias. E mais ainda, a juventude terá, na rinha de galo, um mau exemplo, porque a atitude dos seus aficionados é considerada selvagem e sádica. De maneira que não poderíamos concordar com esse projeto.

Temos em mãos, Sr. Presidente, vários pronunciamentos, que foram encaminhados ao Sr. Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, de sociedades culturais e filantrópicas, contrários à aprovação do referido projeto de lei.

Em última análise, o projeto apresenta uma porta aberta à jogatina, pois prevê que só não podem fazer apostas as próprias entidades sociais, mas, particularmente, todos aqueles que desejarem podem fazer apostas, nas rinhas de galo. Ora, se o jogo de azar, em boa hora foi considerado ilegal, em nosso País, por que havemos de abrir uma porta para que as rinhas de galos sejam oficializadas e, consequentemente, seja permitido o jogo?

É uma crueldade instigar os animais a lutarem entre si até se destruírem. Por que havemos de oficializar tamanha desumanidade?

Acreditamos, Sr. Presidente, que esta Casa, que sempre teve o cuidado de não concordar com iniciativas desse quilate, também, nesta oportunidade, rejeitará o projeto em referên-



cia. E para que sirva de reforço às nossas modestas palavras, nesta ocasião, passo a ler, para que conste dos Anais desta Casa, o protesto encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça por grande número de sociedades.

"Exmo. Sr. Dr. Alfredo Buzaid  
Ministro da Justiça

No momento em que o governo da revolução brasileira começa a libertar o povo da miséria das favelas com a construção de casas do BNH, erradicar o analfabetismo com programas intensos do Ministério da Educação, criar assistência social às massas trabalhadoras, surge inexplicavelmente na Câmara Federal, um projeto de lei ameaçando os princípios cristãos do nosso povo. É o monstruoso projeto de legalização de rinhas de galos, brigas entre pássaros, entre canários da terra, e entre animais. Autêntico jogo de sadismo que nada mais é que uma forma indireta de legalizar a jogatina no Brasil.

Esse monstruoso projeto, se aprovado, poderá provocar um violento impacto com grandes reflexos junto a opinião pública brasileira e internacional.

O Brasil que é um país que tem maior número de pássaros no mundo, (2.000 espécies contra 300 da Europa, 450 dos EUA, 700 da África) tornou-se mundialmente conhecido pelas festividades anuais em torno das crianças e aves brasileiras, comemoradas em todas as escolas primárias e secundárias por todo o Brasil.

A aprovação desse repugnante projeto que permite o desenvolvimento do sadismo e corrupção, baseado em jogatinas desenfreadas, provocará um impacto com grandes reflexos pois não se pode admitir que a criança que desde pequena aprende a cultivar em seu coração o amor a natureza, o respeito a terra e a bandeira, onde vivem esses pássaros, ao completar 18 anos, receba uma instrução totalmente contrária, ou seja, ser autorizada a desenvolver o sadismo permitindo brigas entre galos, canários da terra, curiós, corrupeções e outros animais indefesos. Sobre as brigas de galos já se pro-

nunciaram as seguintes personalidades:

Dr. Antônio Tapajós Pereira: — "Impõe-se, não há dúvidas, a abolição total desta prática absurda, imoral, ilegal, verdadeira mancha em nossos costumes."

Dr. Antônio Gabriel Marão: "Da 2.ª Vara — Juiz de Direito: Em arrazoado denegando habeas corpus impetrado por sociedade galista."

... "de fato, briga de galo não é esporte. Ao contrário, é ato de crueldade. E pueril a insinuação de que briga de galo é um esporte. Esporte para quem? Para os galos? Para o seu proprietário?"

Dr. Mario Hoepfner Dutra: Juiz em acórdão do Tribunal de Alçada "Estas crueldades contrastam com todos os sentimentos de humanidade, de compaixão e de benevolência: prejudicam no homem avesso ao mau trato das criaturas animadas que o circundam, os sentimentos compassivos, piedosos e humanos e o tornam insensível aos sofrimentos alheios e também o endurecem em relação aos seus semelhantes".

Dr. Flávio Queiroz de Moraes — Juiz — Tribunal de Alçada — Voto proferido em acórdão:

"Não se cogita evidentemente de reconhecimento de direitos dos animais mas de se não permitir ao homem que vá procurar no sofrimento daqueles, uma satisfação para suas tendências sádicas. Os foros de cultura e sentimentos de qualquer povo verdadeiramente civilização não podem admitir."

Dr. Mario Mello Freire — Procurador da Justiça — "Recreação de mau gosto. Espetáculo pouco edificante. Ação condenável porque prevista e punível na Lei das Contravenções Penais. E se ela se enraizou em nossos (maus) costumes, soou em nosso País com o Decreto Federal n.º 24.645, uma clarinada qual toque de reunir de pessoas de elevados e nobres sentimentos para combate ao erro e para se extirpar, definitivamente, do panorama de nossos costumes, usos tão impiedosos.

Flamínio Favero:

Além desses aspectos de desumanidade e morbidez, há o de ordem educacional. Vamos educar os jo-

vens na escola da bondade, da piedade da solidariedade em favor dos semelhantes e dos animais. Disso é que o mundo carece.

Dirigentes associados e simpatizantes entidades que este subscrevem representados por seus presidentes v.g. apreensivos com reflexos negativos sobre nosso povo caso seja aprovado projeto em andamento Câmara Federal permitindo brigas de galos v.g. solicitam respeitosamente vossa excelência interceder para arquivar tão degradante projeto que tenta oficializar o jogo v.g. feito sobre sofrimento indefesos animais v.g. que por força de Lei n.º 24.645 são tutelados do estado pt

Associação de Preservação da Vida Selvagem — J. Dalgas Frisch, Diretor Executivo; Associação de Defesa da Fauna e Flora, Paulo Nogueira Neto, Presidente; Associação de Amparo aos Animais, Rubens Moraes Sarmento, Presidente; Federação Ornitológica Brasileira, Wilson da Costa Florim, Presidente; Sociedade Zoofila Educativa, Claudi Dunin, Presidente; Sociedade Teosófica do Brasil, Dr. Alberto Lyra Lojas Teosóficas; Amizade Ophelia Centin; Arjuna; Gastão Sales; Blavatsky Paulo de Castro; Crotona Vera Ramalho Santos; Fraternidade; Jandyra Ferraz; Liberdade; Aneris Amicucci São Paulo; Leduina Riedel Campos; Raja; Cora Sales Raja; Yoga Vicentina Afonso; Federação Lojas Teosóficas São Paulo; Lourival Della Bella; Federação Lojas Teosóficas Rio de Janeiro; Murilo Nunes de Azevedo; Instituição Cultural Teosófica Pitágoras; Olinda Pugliesi; Fundação Centro Teosófico Raja; Armando Sales; Circulo Esotérico Comunhão do Pensamento a Joaquim Gervásio Figueiredo; Prof. Ricardo Gonçalves; Monge Budista; Responsável; J. Dalgas Frisch, Rua da Consolação, 3.095, São Paulo, telefone 81-4915.

Temos recebido, Sr. Presidente, manifestações diretamente de entidades culturais e de pessoas, atentas a setores como este, manifestando o seu desagrado e a sua inconformidade com o andamento desse projeto. As-

sim, desejamos fazer um apelo aos nobres componentes desta Casa, para que rejeitem o Projeto n.º 184, que oficializa as rinhadas de galos.

Era, o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)**

— Tem a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

**O SR. ADALBERTO SENA** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a pletera do noticiário comemorativo e político, neste começo de semana, não deu margem a que a nossa imprensa desse maior destaque ao transcurso do aniversário de um empreendimento que muito expressa a contribuição da iniciativa privada no suprimento das nossas necessidades de comunicação e, por isso mesmo, na difusão espiritual em nosso País.

(Lendo.)

Trinta e nove anos a serviço do jornalismo brasileiro, completou, no último dia 20, a Agência Meridional. Integrante desse extraordinário complexo jornalístico organizado, fundado por esse gênio das comunicações em nosso País, que foi Assis Chateaubriand, a Agência Meridional, ininterruptamente, alimenta toda a cadeia de Diários e Emissoras Associados, com informações, notícias, artigos e comentários, reportagens e fotografias, versando sobre os mais diferentes assuntos de interesse geral. Não há episódio importante, em qualquer parte do território nacional que não seja transmitido pelo referido veículo noticioso, que presta ao Brasil relevantes serviços.

Acontecimentos políticos, policiais, literários, econômicos, sociais, esportivos, toda a imensa variedade de temas que surgem das relações humanas, são apanhados a cada instante por essa empresa, que funciona como um olho mágico a ver tudo, a anotar tudo, a informar tudo o que for do interesse geral. É o jornalismo, na sua expressão mais soberba, que leva de norte a sul, de leste a oeste a matéria-prima que movimenta as estações de rádio, os canais de televisão, os jornais diários.

Quando Assis Chateaubriand criou a Meridional, tinha em mente tornar auto-suficientes os serviços de abastecimento de notícias entre todos os noticiários escritos, falados e televi-

sionados dos Diários Associados. Essa finalidade ainda perdura, e a referida agência continua servindo ao Condomínio Associado, fornecendo-lhe noticiário para jornais, rádios e televisões.

**O Sr. Milton Trindade** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. ADALBERTO SENA** — Com muito prazer, Senador.

**O Sr. Milton Trindade** — Nobre Senador Adalberto Sena. Quero juntar a minha palavra às oportunas, justas e brilhantes considerações que vem fazendo sobre a Agência Meridional, ao ensejo de mais um seu aniversário. Talvez seja eu um dos menos autorizados membros desta Casa para elogiar essa proficiente agência noticiosa por flagrante suspeição... Todos sabem que integro a "família associada". Mas, a verdade é que, neste momento, não posso me furtar, com inteira isenção de espírito, a concordar com V. Exa. e registrar o meu testemunho de homem responsável por parte do sistema de comunicação no meu Estado quanto à operosidade da Agência Meridional no campo de sua ação. Viveiro de profissionais competentes, capazes e perfeitamente adestrados para árdua missão que exercem, esse órgão, indiscutivelmente, através dos tempos, se afirma pelas conquistas que vem realizando no seu campo operacional. Agora mesmo, vale o registro, a Agência Meridional é uma das duas que, na área nacional, usa o moderno sistema de radiofoto, suprimindo, diariamente, todos os jornais do Brasil, da rede dos Diários Associados, com duas fotos dos acontecimentos mais importantes ocorridos na antiga Capital da República.

O pronunciamento de V. Exa., nobre Senador Adalberto Sena, tem o sentido alto e generoso de magnífica homenagem à memória de um homem, formidável em todos os aspectos de sua múltipla e rutilante personalidade, que foi Assis Chateaubriand, criador, entre tantas obras de valor, também da Agência Meridional. Ela, igualmente abrange com muita justiça os seguidores da sua obra. Homens como João Calmon, nosso futuro colega nesta Casa, e substituto à altura de Assis Chateaubriand no comando dos Diários Associados: Paulo Cabral, notável Diretor-Executivo da nossa organização, e

Francisco Busto, o atual e dinâmico Diretor da Agência Meridional, bem merecem esses adequados louvores que V. Exa. está externando pela conquista de mais um ano de vida do nosso eficiente e produtivo órgão de informação. Desculpe V. Exa. esta interrupção, mas era um dever de consciência.

**O SR. ADALBERTO SENA** — V. Exa. nada tem do que se desculpar. Não fez mais, apesar dos escrúpulos, do que trazer um complemento à minha oração, complemento, aliás, que havia escapado ao meu discurso. Muito obrigado a V. Exa.

(Lendo.)

Por sua vez, ela se abastece nos próprios órgãos e na própria equipe "associada", que se espalha por todo o País. E os seus informativos, sempre independentes e sensatos, consagram a sua equipe e honram a "família associada", cujos profissionais — jornalistas da mais alta sensibilidade — têm estado sempre a serviço da verdade e do bem comum.

Rendo, pois, homenagem à Agência Meridional pela inestimável ajuda que tem dado, em quase quatro décadas de atividade, ao desenvolvimento cultural, moral, econômico e político do povo brasileiro. Não poderia, outrossim, deixar de mencionar o nome do jornalista Francisco Busto, que dirige a Agência, no plano nacional, e Caubi de Oliveira, Diretor da Sucursal de Brasília, através dos quais envio cumprimentos a todo o complexo fundado pelo inesquecível patrio Assis Chateaubriand. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

**O SR. GILBERTO MARINHO (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias, tive ensejo de trazer a esta Casa um breve relato do trabalho que está sendo realizado na Guanabara pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, referindo-me de passagem aos estudos ora desenvolvidos por uma de suas principais frentes de pesquisa: a Comissão do Ano 2000.

A importância e o pioneirismo dessa atividade fazem com que a traga novamente a este Plenário, seja mais uma vez para louvar os esforços e

preocupações vanguardistas daquela Secretaria, seja para transmitir meu depoimento sobre o interesse mesmo dessa investigação prospectiva, interesse que não se põe obviamente apenas para a Guanabara, mas deve sensibilizar cada uma das demais unidades federativas e também e sobretudo à própria Federação.

Não é antiga entre nós a compreensão para a necessidade de previsão dos problemas nacionais e do planejamento de suas soluções. O empirismo, a improvisação e a imprevidência marcaram longos anos de nossa história administrativa, produzindo a desorientação, o desperdício e a improdutividade.

Não terão mais de trinta anos as primeiras e mais modestas tentativas de planejar globalmente o desenvolvimento nacional. Mais novos são os planos efetivamente calçados na ciência econômica e no conhecimento exato da realidade. Mais recente ainda é o hábito de obedecer-se aos planos, emprestando-lhes efetiva autoridade sobre a ação.

Contudo, mal chegamos, e atrasados, à aceitação da técnica de planejar, de fazer nossos planos para que vivam o tempo de um ou dois governos, e já temos de considerar que as previsões e respostas equacionadas correm o risco de desatender às necessidades nacionais no confronto das grandes e rápidas modificações por que passa o mundo.

A aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico vem encurtando progressivamente a distância entre as etapas, envelhecendo rapidamente os sistemas, obsoletando as técnicas. O homem levou milênios para chegar à máquina a vapor, mas pouco mais de um século para substituí-la pelo propulsor nuclear. Os engenhos espaciais que acabam de levar-nos à Lua encontram sua origem nos foguetes militares concebidos há apenas vinte e poucos anos, durante a II Guerra Mundial. A energia elétrica só foi descoberta ao fim de dezenove séculos da era cristã, mas não decorreram cem anos desse fato para que se descobrisse a energia nuclear. Essas distâncias tendem a encurtar-se cada vez mais.

Já não nos basta, então, o planejamento de voo curto, o olhar à frente uns cinco ou dez anos apenas.

Os objetivos nacionais de quem deseja entrar na grande competição internacional têm de ser postos em diversas e cada vez mais avançadas etapas-meta do futuro. A previsão tem de ser mais antecipada e a previsão mais audaciosa.

Até o início do século XVIII, há apenas duzentos anos, as diferenças de riqueza entre dois países podiam ser rapidamente anuladas, ou mesmo invertidas, em função de fatores quase naturais, influentes sobre o comércio de produtos primários. A Revolução Industrial dificultou essa possibilidade de rápida compensação. Os países que a abrigaram viram resultar o fortalecimento de sua capacidade econômica, daí e cada vez mais assentada na posse de técnicas e equipamentos fabris.

A Revolução Tecnológica de nossos dias alargou essas diferenças de riqueza, tornando-as muito mais dificilmente superáveis. O desenvolvimento fez-se qualitativamente novo. A diferença hoje existente entre uma superpotência e uma nação de segunda linha mede-se sobretudo em termos de capacidade científica e tecnológica, de conhecimento acumulado e de conhecimento aplicado. Capacidade e conhecimentos que não podem ser improvisados, adquiridos rapidamente, advindos da sorte de uma boa safra ou do jogo de mercado.

Essa riqueza intelectual, de outra parte, também não pode ser transferida magicamente dos cérebros de uma nação para os de outra, pois resulta de longo processo de educação, de evolução de mentalidade, de aquisição de hábitos de pensamento.

O planejamento de um país como o nosso tem, assim, de avançar sobre o futuro, pois não nos basta obter aceleração igual à dos que estão à frente, apenas mantendo as distâncias como estão hoje. É necessário que cresçamos com aceleração maior, queimemos etapas, para que possamos chegar à linha de frente do desenvolvimento, acompanhando-a na marcha batida de novas e cada vez maiores conquistas.

É exatamente essa lúcida compreensão, Srs. Senadores, que está tendo o Estado da Guanabara, através de sua Secretaria de Ciência e Tecnologia, ao fazer funcionar sua Comissão do Ano 2000, na procura de respostas racio-

nais e viáveis para as perguntas que se põs: "Como será o Rio do ano 2000? Como viverá sua população, de que maneira se transportará, que tipo de educação dará a seus filhos? E as comunicações, as relações de trabalho, a indústria, o comércio? O Rio terá atingido aquele status das sociedades supercivilizadas, com a metade do tempo disponível dedicada ao lazer? Ou será a megalópole tentacular mergulhada em mil problemas existenciais agravados pela falta de espaço e o excesso de população?"

Nesse sentido a Secretaria de Ciência e Tecnologia acaba de produzir um pré-relatório de sua prospecção e se prepara para concluir, em breve, o estudo final.

Verifica-se nessa pesquisa do futuro que a expansão urbana da Guanabara, em direção ao Estado do Rio e, dentro de um século, do próprio encontro com São Paulo, produzirá a concentração da uma imensa massa humana no território da área metropolitana, suscitando problemas de qualidade e volume, de tal ordem, que só poderão ser resolvidos com o recurso a meios tecnológicos altamente desenvolvidos.

Impõe-se, segundo a Comissão do Ano 2000, uma radical renovação dos sistemas de transporte e comunicação, aparecendo o metrô, o aerotrem, o telex urbano e o teleprocessamento como soluções a que se terá de recorrer.

Para a satisfação dessa infra-estrutura sofisticada será exigida a formação de mão-de-obra altamente especializada, em todos os níveis profissionais. A escola terá de ser modificada no sentido de sua adequação às necessidades da produção econômica e da administração pública. A televisão educativa, os computadores, o cinema, o rádio serão meios usuais de educação. A instrução programada é outro recurso a ser amplamente utilizado.

Fisicamente, o desafio do Ano 2000 se traduz para a Guanabara nos seguintes itens:

1. Alojjar e integrar à vida econômica uma população que será o dobro da atual;
2. Modernizar quase a totalidade de sua área urbana;
3. Expandir a urbanização até cobrir uma área três vezes maior que a atual;
4. Reformular e expandir serviços cuja inadequação poderia comprometer gravemente seu desenvolvimento

futuro, especialmente os transportes, as comunicações e a educação.

"Do ponto de vista econômico — afirma o estudo — um objetivo possível seria a expansão do Produto Interno Bruto a uma taxa média um pouco superior a 5,5% ao ano. Isto significa que a renda per capita poderá ser aumentada em 30 anos em quase três vezes, passando de cerca de US\$ 300,00 por habitante e por ano (atualmente entre as mais altas do país) para cerca de US\$ 800,00 por habitante e por ano no final do século".

Prossegue o relatório da Secretaria de Ciência e Tecnologia, sublinhando que "diagnósticos preliminares indicam que, no decorrer do período, a indústria deverá manter suas posições e mesmo aumentar sua contribuição relativa, enquanto o comércio diminuirá de posição relativa, cedendo lugar aos serviços. Nesse particular, numa evolução natural de sua vocação de centro gerador de pesquisa e propagador de idéias, a Guanabara deverá derivar sua atual predominância nos setores metalúrgico, eletrônico, têxtil, químico-farmacêutico e gráfico para uma indústria mais sofisticada, pousada basicamente nos setores eletrônicos, petroquímico e metalúrgico avançado".

Em síntese, Srs. Senadores, o relatório apresenta o futuro da Guanabara com as seguintes características:

"1. A agricultura tenderá cada vez mais a diminuir. As áreas verdes deverão ser mantidas e incrementadas para o lazer; 2. O setor terciário (serviços) tenderá a ultrapassar os 70% do PIB atual do Estado; 3. A indústria de turismo poderá representar papel capital no setor terciário, mas será utópico imaginar que a Guanabara dependerá apenas dessa fonte de renda; 4. O setor de apoio — o polo de desenvolvimento — será ainda o secundário, representado pela indústria; 5. Haverá um agravamento dos problemas de espaço; 6. O crescimento da aglomeração urbana encarecerá ainda mais o custo dos terrenos e reduzirá a possibilidade de escolha; 7. Tornar-se-ão agudas as questões de transporte; 8. A manutenção da rede de serviços para a aglomeração urbana exigirá da indústria maiores onus."

Nesse contexto agrupam-se fatores positivos: a) proximidade de mercado consumidor de alto nível de renda; b)

proximidade de outras indústrias e serviços auxiliares; c) disponibilidade de mão-de-obra qualificada".

Prevê a Secretaria, para fazer face a esse quadro, que o Estado deva providenciar desde já: "1) A mobilização e o contínuo aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis, pela expansão do ensino em todos os graus pela realização de programa visando a incentivar o interesse pelos problemas científicos e tecnológicos, inclusive pela utilização dos meios de comunicação de massa para a difusão de conhecimentos científicos fundamentais; 2) Criação e desenvolvimento de uma infra-estrutura de apoio científico e tecnológico constituído pelas universidades, centros de pesquisa científica, institutos tecnológicos, centros de tratamento da informação (com real apoio da cibernética) e de processamento de dados; 3) Adoção de medidas visando, entre outras coisas, a atrair para a órbita estadual as indústrias altamente sofisticadas, utilizando tecnologias modernas; criar condições para o permanente aperfeiçoamento tecnológico da indústria; incentivar a realização de pesquisas tecnológicas pela indústria; e 4) Apoio a programas específicos de pesquisa e desenvolvimento, integrando universidades, centros de pesquisa e indústrias".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além de emprestar ao Estado sua colaboração nesta análise global e prospectiva do desenvolvimento, a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Guanabara vem desenvolvendo a execução da parte que lhe cabe especificamente. Foram aprovados e estão em fase de implantação 43 projetos de pesquisa ligados à exploração e à preservação de recursos naturais, ao desenvolvimento de tecnologias industriais e à formação de novos especialistas. Todos esses projetos, longe de se distribuírem irracionalmente, segundo o acaso, os interesses subjetivos e a política de grupos, estão adequados à visão antecipada das necessidades do desenvolvimento estadual, integrado ao crescimento do País.

Espero trazer a Vossas Excelências, até o fim desta sessão legislativa, o trabalho final da Comissão do Ano 2000. Creio que as preocupações que determinaram a sua criação e os cuidados que presidiram seu funcio-

namento, mais uma vez ratificam a atualidade com que se está encarando a coisa pública na Guanabara.

A intuição, o bom-senso, já não são bastante na administração de um País como o nosso. O Brasil que desejamos construir, desde agora e para o futuro, terá de valer-se dos recursos da Ciência e da Tecnologia. Mas só poderá obtê-los através de um corajoso e persistente trabalho de pesquisa, vinculado às necessidades concretas do desenvolvimento. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)** — Tem a palavra, o nobre Senador Bezerra Neto.

**O SR. BEZERRA NETO (Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, a cidade de Campo Grande, em Mato Grosso, festeja hoje mais um aniversário de sua fundação.

O acontecimento assinala-se como uma oportunidade para, nas comemorações, dar-se de público as providências do constante desenvolvimento do município e da região de que ele é a metrópole. Município muito novo, por lei surgido neste século, centraliza-se como o ponto de convergência de fértil região, com terras de cultura e pastagens.

Todo o País reconhece e admira o progresso campograndense, onde se consigna a demonstração da capacidade criadora de nosso povo, porquanto o essencial desse desenvolvimento nasceu da iniciativa privada. A receita campograndense para o erário do Estado e da União sobrepuja de muito ao que volta de despesa daqueles poderes da Federação, para o Município.

Em todo caso não se pode deixar de reconhecer a participação dos governos estadual e federal no progresso de Campo Grande.

Lá estão as instalações da sede da 9.ª Região Militar e da Base Aérea, com numerosos e diversificados contingentes. Seu aeroporto é de categoria internacional e pelo asfalto é a única grande cidade de Mato Grosso ligada ao plano rodoviário nacional.

Sua criação vacum, cavalariça, caprina e ovina é das mais adiantadas do país, servindo de prova a sua importante exposição e feira anual de pecuária e criação animal, nesta data inaugurada; o funcionamento de seu Jockey Club, cujos páreos são semanalmente noticiados na imprensa do

Rio e São Paulo, colabora decisivamente na melhoria do criatório nacional.

Em termos de educação e cultura assumiu posição vanguardista, devendo-se assinalar o funcionamento, em nível superior, do Instituto de Ciências Biológicas da Faculdade D. Aquino de Filosofia, da Faculdade de Direito de Campo Grande e outros centros de cultura. Constrói-se no momento, caminhando para a conclusão, uma moderna cidade universitária.

Em matéria de imprensa escrita, rádio e televisão, a cidade é das bem aparelhadas do país.

Campo Grande é o entroncamento ferroviário e rodoviário do continental Estado de Mato Grosso; é o maior centro populacional matogrossense.

O Senado da República conhece o grau e os aspectos da prosperidade deste município matogrossense. No início desta semana lá estiveram numa objetiva missão administrativa e fomentadora os Senhores Ministros da Fazenda, Agricultura e do Planejamento.

Estando à altura do ritmo desenvolvimentista que cobre presentemente as várias regiões de Mato Grosso, a data de hoje serve de oportunidade para essa constatação, traduzindo-se nos vários atos programados em comemoração.

É justo salientar o fato da contribuição de Campo Grande e seu povo para o progresso do Brasil, precisamente na sua posição geográfica, ponto saliente em direção às fronteiras do Paraguai e da Bolívia, países com os quais, baseados em sólida amizade, elaboramos atualmente convênios de mútuo interesse.

Nossas congratulações com o povo de Campo Grande, na pessoa de seu digno prefeito Dr. Antônio Mendes Canalle, pela passagem de sua data. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Pessoa de Queiroz — Josaphat Marinho — Nogueira da Gama — Carvalho Pinto — Lino de Mattos.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villalça)** — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO N.º 188, DE 1970

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre medida de Tonelagem de Navios, adotada em Londres a 23 de junho de 1969, a fim de que figure na Ordem do Dia da Sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1970. — **Petrônio Portella.**

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villalça)** — Em virtude da aprovação do requerimento, o projeto a que o mesmo se refere figurará na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sobre a Mesa outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO N.º 189, DE 1970

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970, (n.º 141-B/70, na Casa de origem), que aprova o Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agrônomicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2-3-70, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1970. — **Petrônio Portella**

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villalça)** — Em virtude da aprovação do requerimento, o projeto a que o mesmo se refere figurará na Ordem do Dia da próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villalça)** — Presentes 32 Srs. Senadores, há número legal para votação.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 1964 (n.º 3.667-B/58, na

Casa de origem), que cria o Quadro do Magistério do Exército (QME), e dá outras providências, tendo PAROCHES PELO ARQUIVAMENTO sob n.ºs 489, 490 e 491, das Comissões: — de Educação e Cultura; — de Segurança Nacional; e — de Finanças.

A matéria foi sobrestada, a fim de aguardar a remessa ao Congresso de estudos realizados pelo Estado Maior das Forças Armadas, em virtude da aprovação, em 17 de março de 1965, de proposta das Comissões competentes neste sentido.

Dado que o citado estudo, decorridos quatro anos, não chegou ao Senado, a Presidência determinou, em 19 de novembro de 1969, o reexame da matéria.

Está em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado o projeto, será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

#### PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 19, DE 1964

Cria o Quadro do Magistério do Exército (QME) e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

#### CAPÍTULO I

#### Da Organização do Magistério no Exército

**Art. 1.º** — Cria-se o Quadro do Magistério do Exército (QME), ao qual pertencerão os atuais professores efetivos do Magistério do Exército, bem como os que nele venham a ingressar, de acórdão com os dispositivos desta Lei.

**Art. 2.º** — O Magistério do Exército será exercido:

- a) pelos professores chefes de cadeia;
- b) pelos professores adjuntos;
- c) pelos professores adjuntos em caráter provisório;

d) pelos professores em comissão, professores contratados e conferencistas.

**Art. 3.º** — Os professores no Magistério do Exército serão efetivos, ou não efetivos. São efetivos os chefes de cadeira e os adjuntos, que constituirão o QME. Não efetivos, os demais a que se referem as letras c e d do artigo 2.º acima.

**Art. 4.º** — Os professores chefes de cadeira, os adjuntos e os adjuntos em caráter provisório destinam-se a ministrar as matérias não essencialmente militares nos Colégios Militares, nas Escolas Preparatórias, na Academia Militar das Agulhas Negras, ou em estabelecimentos congêneres, que venham a ser criados no Exército.

§ 1.º — Para os efeitos desta Lei, são consideradas matérias não essencialmente militares:

- a) todas as que se ministram nos dois ciclos do curso secundário, nos Colégios Militares;
- b) todas as que se ministram nas Escolas Preparatórias, visando à formação cultural secundária, excetuadas aquelas que o Regulamento de tais Escolas claramente especificar como de natureza essencialmente militar;
- c) todas as que, na Academia Militar das Agulhas Negras, constituem fundamentos de cultura geral e mais aquelas destinadas a ministrar ensino de caráter tecnológico e outros conhecimentos que, servindo de base ao preparo técnico-científico do futuro oficial, já tenham existência, sejam modificadas ou venham a ser criadas em correlação com as do ensino das Universidades do País.

**Art. 5.º** — Os professores em comissão, oficiais da ativa do Exército, pertencentes aos Quadros das Armas, dos Serviços ou de Engenheiros Militares terão exercício docente nas Escolas de Saúde, Veterinária, Técnica do Exército e Academia Militar das Agulhas Negras.

**Art. 6.º** — Os professores contratados, militares da reserva ou reformados e civis, brasileiros ou estrangeiros, ministrarão assuntos especializados em qualquer dos estabelecimentos compreendidos no art. 5.º acima.

**Art. 7.º** — Os professores conferencistas militares da ativa, da reserva,

ou reformados, e civis, brasileiros ou estrangeiros, ministrarão cursos ou conferências, sobre assuntos diversos em qualquer das organizações do Exército.

**Art. 8.º** — Nas aulas do ensino experimental haverá assistentes e preparadores efetivos, nomeados mediante concurso de títulos e provas a fim de auxiliarem os professores.

**Parágrafo único** — Seus vencimentos, deveres e direitos serão idênticos aos dos assistentes preparadores dos estabelecimentos de ensino civis congêneres.

**Art. 9.º** — Haverá, em cada estabelecimento de ensino (AMAN), Colégios Militares e Escolas Preparatórias, um Deão, chefe do Corpo de professores, General ou Coronel Professor efetivo, membro do QME cujas atribuições serão especificadas nos regimentos internos dos citados estabelecimentos de ensino.

**Art. 10** — Haverá na AMAN, CM e EP uma Congregação de Professores, presidida pelo Deão, chefe do corpo de professores.

## CAPÍTULO II

### Da Seleção dos Professores

**Art. 11** — Qualquer nomeação de professor em comissão, contratado ou conferencista, não se fará sem prévia seleção e parecer duma Comissão de Sindicância, nomeada pelo Estabelecimento que dirá do notório saber do candidato e de sua capacidade moral e didática.

**Art. 12** — Os professores em comissão, mediante proposta do estabelecimento interessado, serão nomeados pelo Ministro da Guerra.

**Art. 13** — Os professores contratados mediante proposta do estabelecimento e condições especificadas no respectivo contrato serão nomeados pelo Ministro da Guerra.

**Art. 14** — Os professores conferencistas mediante convite do estabelecimento serão admitidos de acordo com as possibilidades econômicas da organização interessada e os próprios comandantes os nomeiam e exoneram.

**Art. 15** — Os professores adjuntos em caráter provisório serão selecionados mediante prova escrita de suficiência com média 6 (seis) mínima de aprovação, parecer duma comissão

de sindicância e prova didática oral feita publicamente.

**Art. 16** — Os professores adjuntos serão selecionados mediante concurso de títulos e de prova escrita, com média 6 (seis) mínima de aprovação, e defesa pública de uma monografia sobre a matéria, que revele conhecimento atualizado.

**Parágrafo único** — Os professores adjuntos, em caráter provisório, serão submetidos apenas ao concurso de títulos e defesa pública de uma monografia sobre a matéria que revele conhecimento atualizado.

## CAPÍTULO III

### Dos Concorrentes

**Art. 17** — Podem concorrer ao Magistério do Exército civis e militares, segundo as exigências dos artigos 5.º, 6.º e 7.º da presente Lei e mais dos artigos 18, 19 e 20.

**Art. 18** — Ao concurso para professor adjunto, em caráter provisório, poderão candidatar-se: os oficiais do Exército da ativa, da reserva de 1.ª classe ou reformados, desde que tenham o curso de formação de oficial da ativa, ou possuam o Curso de Licenciado na matéria ou correlata, por Faculdade de Filosofia, oficial ou reconhecida.

**Art. 19** — Ao concurso de professor adjunto poderão candidatar-se:

- a) professores adjuntos em caráter provisório — desde que possuam o Curso de Licenciado por Faculdade de Filosofia, quando se destinem aos estabelecimentos de ensino secundário do Exército — e tenha três anos de efetivo magistério no Exército;
- b) oficiais do Exército da ativa, da reserva de 1.ª classe ou reformados, desde que sejam licenciados na matéria ou correlata, por Faculdade de Filosofia e tenham desempenhado a função de professor da matéria ou correlata durante três anos letivos;
- c) civis que sejam oficiais ou aspirantes a oficiais da reserva de 2.ª classe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, possuam o Curso de Licenciado por Faculdade de Filosofia e tenham mais de cinco (5) anos de efetivo exercício docente em estabelecimento oficial, ou oficializado.



**Parágrafo único** — Para a Academia Militar das Agulhas Negras, em se tratando de oficiais do Exército com o curso de formação de oficial da ativa, o Curso de Licenciado pode ser substituído por diploma de conclusão de curso superior onde tenha sido estudada a matéria, desenvolvida e especializadamente, ou o ramo do conhecimento ao qual pertença a matéria de modo que a posse do diploma possa qualificar o concorrente para a docência.

**Art. 20** — O professor adjunto mais antigo será o chefe da cadeira.

§ 1.º — As disciplinas lecionadas em mais de três séries ou anos do mesmo ciclo, terão um chefe à cadeira para cada duas séries ou anos.

§ 2.º — Mediante critérios estabelecidos pela Administração, os professores adjuntos poderão fazer cursos de extensão e especialização, técnica e didática.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Inscrições nas Provas de Suficiência e Concurso

**Art. 21** — Para a inscrição às provas de suficiência e didática, a que se refere o art. 15 acima, deverá o candidato satisfazer às seguintes condições:

a) quando oficial da ativa:

- 1) possuir o curso de formação de oficial da ativa do Exército concluído na Academia Militar das Agulhas Negras, nas Escolas de Saúde e Veterinária, ou o Curso de Licenciado por Faculdade de Filosofia oficial ou reconhecida;
- 2) contar, no máximo, 15 anos de serviço e 40 de idade e, no mínimo, ser 1.º-Tenente;
- 3) ter, no mínimo, 3 anos de efetivo serviço como oficial;
- 4) não estar matriculado em nenhum curso do Exército;
- 5) não possuir curso de Comando e Estado-Maior, Técnico do Exército, quando se destinar às Escolas Preparatórias e Colégios Militares;

b) quando militar da reserva de 1.ª classe ou reformado:

- 1) ser, no mínimo, aspirante a oficial do Exército;
- 2) possuir o curso de formação de oficial da ativa do Exército con-

cluído na Academia Militar das Agulhas Negras, nas Escolas de Saúde ou Veterinária;

3) contar, no máximo, 15 anos de serviço e 40 de idade;

c) quando civil:

1) ser oficial ou aspirante a oficial da reserva de 2.ª classe do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica;

2) possuir diploma de licenciado por Faculdade de Filosofia, quando se destinar aos estabelecimentos de ensino secundário do Exército;

3) ter, no máximo, 35 anos de idade, limite que poderá ser aumentado para 40 anos, se o candidato contar, no mínimo, 5 anos de serviço público.

§ 1.º — Seja civil ou militar, o candidato deverá ter sido julgado apto em inspeção de saúde e aprovado no exame psicotécnico, para o Magistério do Exército.

§ 2.º — O candidato deverá ter idoneidade moral compatível com o desempenho da função docente, verificada por uma comissão para isto designada, cujo parecer é irrecorrível.

§ 3.º — O candidato civil à prova de suficiência para a Academia Militar das Agulhas Negras deverá ter curso superior onde tenha estudado a matéria desenvolvidamente e provar que já lecionou o assunto em estabelecimento superior.

**Art. 22** — Para inscrição ao concurso de professor adjunto de que trata o art. 16 acima, o candidato deverá satisfazer às seguintes condições:

a) quando professor adjunto em caráter provisório:

- 1) ter exercido função docente, no Magistério do Exército, pelo prazo mínimo de três (3) anos letivos completos;
- 2) possuir o diploma de licenciado por Faculdade de Filosofia, oficial ou reconhecida, quando se destinar aos estabelecimentos de ensino secundário do Exército;
- 3) ter juízo favorável do Conselho de Professores ou do Conselho de Ensino do Estabelecimento;

b) quando oficial do Exército, da ativa, da reserva de 1.ª classe, ou reformado e civil:

- 1) as exigências das letras b e c do art. 19 acima;
- 2) ter sido aprovado em exame psicotécnico para o Magistério do Exército;
- 3) ter obtido parecer favorável da Comissão de Sindicância, que terá caráter eliminatório.

§ 1.º — Em igualdade de condições o candidato que seja professor em caráter provisório, terá preferência para a nomeação.

§ 2.º — Será considerado título excepcional o exercício da função de professor adjunto em caráter provisório, por dois anos consecutivos, com parecer favorável do Conselho de Professores ou do Conselho de Ensino.

#### CAPÍTULO V

##### Da Nomeação de Professores

**Art. 23** — Os professores em comissão e os contratados serão nomeados pelo Ministro da Guerra mediante instruções especiais, obedecidos os princípios dos arts. 11 e 12 da presente lei.

**Parágrafo único** — Os professores conferencistas, a que se refere o art. 14 serão nomeados pelos comandantes dos estabelecimentos de ensino onde vão eles servir.

**Art. 24** — A nomeação do professor adjunto em caráter provisório será feita pelo prazo de 3 (três) anos, findo o qual poderá ser reconduzido por mais dois (2) anos. Depois, até que faça concurso para efetivar-se, enquanto bem servir ao Magistério do Exército poderá ir sendo reconduzido, desde que tenha o parecer favorável do Conselho de Professores ou do Conselho de Ensino do Estabelecimento.

§ 1.º — Os professores adjuntos, em caráter provisório, ao fim de dois anos letivos completos, terão o direito de requerer concurso para sua efetivação, independente do cômputo de vagas ocorridas no magistério, concurso cuja aprovação exigirá o voto favorável e secreto de dois terços dos professores do estabelecimento.

§ 2.º — O concurso obrigatoriamente se realizará no prazo máximo de um (1) ano contado da abertura da vaga na cadeira, desde que nela haja



adjuntos em caráter provisório que preencham as condições para concorrer exigidas na presente lei.

§ 3.º — Se o professor adjunto em caráter provisório for reprovado no concurso de que trata o art. 16 acima, poderá permanecer no estabelecimento até a realização de outro concurso; se na segunda vez for reprovado, será imediatamente exonerado na função e não poderá mais inscrever-se a concurso para professor do Magistério do Exército.

§ 4.º — O oficial da ativa, professor adjunto em caráter provisório, fica dispensado do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para efeito de promoção a oficial superior. Caso não consiga efetivar-se no Magistério do Exército, deverá satisfazer, mesmo já promovido, a exigência daquele requisito.

§ 5.º — A nomeação de professor adjunto em caráter provisório será feita pelo Ministro da Guerra, obedecida à rigorosa classificação intelectual, mediante instruções reguladoras previamente elaboradas.

§ 6.º — Quando se tratar de civil, o Ministro da Guerra nomeará o professor adjunto em caráter provisório, fazendo correr a despesa à conta da verba de contratados do Ministério da Guerra que, anualmente, será incluída no Orçamento da União.

§ 7.º — Nomeado professor em caráter provisório, o oficial pertencente ao Quadro das Armas será incluído no Suplementar-Geral, e o do Quadro dos Serviços permanecerá no Quadro a que pertencer.

§ 8.º — Os aspirantes a oficial, ou oficiais da reserva de 1.ª classe, ou reformados quando nomeados adjuntos em caráter provisório, exercerão as funções no posto que possuírem na data da nomeação, com os proventos de 1.º-Tenente.

§ 9.º — Os civis, quando nomeados professores adjuntos em caráter provisório, perceberão vencimentos de padrão K.

Art. 25 — Aprovado no concurso para professor adjunto a que se refere o art. 16 acima — e desde que tenha obtido parecer favorável da Comissão de Sindicância, — os professores adjuntos civis ou militares, serão nomeados por decreto do Presidente da República, obedecida a rigorosa classificação intelectual e o

número de vagas existentes no Magistério do Exército.

§ 1.º — Cada concurso valerá exclusivamente para preenchimento de vagas, ou vagas da mesma matéria, que se venham a dar antes de realizado o concurso que o edital anuncia.

§ 2.º — A nomeação do professor efetivo será feita para vaga existente no estabelecimento de ensino a que se candidatar, a cujo efetivo passará então a pertencer em caráter permanente.

## CAPÍTULO VI

### Da Exoneração dos Professores

Art. 26 — O professor adjunto em caráter provisório será exonerado:

- a) a pedido;
- b) por incapacidade física, comprovada em inspeção de saúde;
- c) por conveniência disciplinar, ou moral, ou incompetência profissional na matéria, tudo comprovado em processo regular determinado pelo Diretor-Geral do Ensino do Exército, e submetido à decisão do Ministro da Guerra;
- d) a critério do Ministro da Guerra — em qualquer época posterior ao término dos três (3) primeiros anos de exercício da função — mesmo antes do fim do período de recondução.

Parágrafo único — O professor adjunto em caráter provisório, que for exonerado como incurso em qualquer das letras acima, não poderá retornar ao Magistério do Exército.

## CAPÍTULO VII

### Das Promoções no QME

#### A) Dos Militares

Art. 27 — Ao ingressar no QME, como professor adjunto efetivo, o oficial da ativa será transferido para a reserva de 1.ª classe, no posto imediatamente superior ao que tiver, ressalvado o que dispõe o parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único — Os aspirantes a oficial, os segundos e primeiros tenentes da reserva de 1.ª classe ou reformados, bem como os primeiros-tenentes da ativa, serão promovidos, na reserva de 1.ª classe, a capitão.

Art. 28 — O professor adjunto será promovido por tempo de serviço público de modo a que seja major, te-

nente-coronel e coronel, respectivamente, aos 15 (quinze), 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, respeitados os tempos de interstício fixados no art. 29, abaixo.

§ 1.º — As promoções se farão nas datas fixadas para as dos oficiais dos outros Quadros.

§ 2.º — Os anos de serviço serão contados de acordo com a letra b, § 2.º, do art. 97 do Decreto-lei número 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares).

Art. 29 — O interstício mínimo de permanência em cada posto é de:

Capitão .....	4 anos
Major .....	3 anos
Tenente-Coronel .....	3 anos

#### B) Dos Civis

Art. 30 — O civil ingressará no QME, como professor adjunto efetivo, no posto de Capitão da reserva de 1.ª classe e terá as promoções reguladas pelos arts. 28 e 29, acima.

## CAPÍTULO VIII

### Da Reforma

Art. 31 — O direito de reforma, a pedido, só assiste ao oficial membro do QME que tenha mais de 30 (trinta) anos de serviço público, dos quais 10 (dez), no mínimo, de efetivo exercício no Magistério do Exército.

Art. 32 — A reforma *ex officio* será aplicada ao oficial membro do QME;

- a) que completar 64 anos de idade;
- b) condenado, por sentença passada em julgado, à pena correspondente à de reforma para os oficiais dos demais Quadros;
- c) julgado inválido ou fisicamente incapaz para o exercício do Magistério;
- d) julgado incapaz, moral ou profissionalmente, em processo regular;
- e) incapacitado fisicamente, após 2 (dois) anos de afastamento das funções, por motivo de saúde.

Parágrafo único — A Diretoria-Geral do Ensino enviará às autoridades competentes, anualmente, no mês de fevereiro, a relação dos membros do QME, que irão atingir a idade limite de permanência nesse Quadro, a fim de serem reformados *ex officio*.

## CAPÍTULO IX

## Do Regime de Trabalho

**Art. 33** — Cada professor será obrigado a um mínimo de 12 (doze) horas de aula por semana.

§ 1.º — Do cômputo de número de aulas, excluir-se-ão as relativas à preparação de aulas, organização, fiscalização e correção de provas, bancas examinadoras, reuniões do Conselho de Professores e outras atividades relacionadas com o ensino atribuídas ao professor.

§ 2.º — A hora de aula que exceder ao número previsto neste artigo, será considerada suplementar, não podendo o seu número ultrapassar de 3 (três) por semana.

## CAPÍTULO X

## Da Fixação do Número de Vagas

**Art. 34** — As vagas do Q.M.E. serão computadas em relação a cada disciplina e de acordo com o efetivo discente de cada estabelecimento.

**Parágrafo único** — As turmas, que servirão de base ao cômputo das vagas, não poderão ter efetivo superior a 40 alunos, tendo em vista a eficiência do ensino.

## CAPÍTULO XI

## Dos Vencimentos e Vantagens

**Art. 35** — É mantido, para todos os efeitos, o que estabelece o art. 346 da Lei n.º 1316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares — CVVM), cujas disposições se estenderão a todos os membros efetivos do Q.M.E. organizado por esta lei.

**Art. 36** — Os vencimentos e as vantagens dos professores catedráticos e adjuntos de catedráticos, quando oficiais da reserva, serão os mesmos que perceberem os oficiais de igual patente do Exército ativo e, como estes, poderão contribuir para o montepio, na forma da legislação em vigor.

§ 1.º — As aulas suplementares a que se refere o § 2.º do art. 33 serão remuneradas de acordo com o estabelecido no CVVM.

§ 2.º — Os professores adjuntos em caráter provisório e os em comissão terão direito à gratificação de ensino prevista na alínea c do art. 126 do CVVM.

§ 3.º — Os conferencistas receberão, por hora de conferência, importância

que não poderá exceder de 1/30 dos vencimentos que recebe mensalmente um Coronel professor do Q.M.E.

**Art. 37** — Os membros do Magistério, civis ou militares, poderão acumular até dois cargos de magistério, em qualquer grau, desde que não haja incompatibilidade funcional.

## CAPÍTULO XII

## Da Disponibilidade

**Art. 38** — O membro do Q.M.E. será pôsto em disponibilidade:

- a) quando fôr extinto o estabelecimento a cujo efetivo pertencer;
- b) quando fôr extinta a disciplina de que é professor.

**Art. 39** — O aproveitamento do professor que se encontre em disponibilidade poderá ser feito:

- a) no caso da letra a do art. 38, na mesma disciplina, ou correlata, de qualquer estabelecimento mediante indicação da Diretoria-Geral de Ensino;
- b) no caso da letra b do art. 38, em disciplina correlata, no estabelecimento a que pertencer, mediante indicação do Conselho de Professores e proposta da Diretoria-Geral de Ensino.

§ 1.º — O professor em disponibilidade, que não tenha sido aproveitado na forma deste artigo, continuará a pertencer ao Q.M.E., até a sua reforma ou aposentadoria, podendo exercer funções que, pela legislação, venham a ser atribuídas ao professor, de acordo com o disposto no art. 40.

§ 2.º — O aproveitamento do professor em disponibilidade, em outra cadeira, não lhe dará direito a acumulação.

**Art. 40** — Além das funções normais do magistério, os membros do Q.M.E. exercerão as funções técnicas ou técnico-administrativas que lhes forem especificamente atribuídas por ato do Ministro da Guerra, nos estabelecimentos militares do ensino ou em outros órgãos superiores do Exército, sendo-lhes computado o tempo passado nessas funções como de efetivo magistério.

**Parágrafo único** — Aos membros do Q.M.E., nomeados para as funções de que trata o presente artigo, não serão distribuídas turmas.

## CAPÍTULO XIII

## Das Transferências dos Professores

**Art. 41** — Os membros do Q.M.E. poderão ser transferidos, por motivo de saúde e por interesse do ensino.

**Art. 42** — A transferência por motivo de saúde será feita em casos comprovados de moléstia do interessado ou de pessoa de sua família, mediante requerimento do mesmo e parecer da junta médica, segundo regulamentação baixada pelo Ministro da Guerra.

**Art. 43** — A transferência por interesse do ensino só será feita em casos excepcionais, devidamente justificados pela Diretoria-Geral de Ensino com anuência do transferido.

**Parágrafo único** — A transferência, será efetuada para matérias idênticas ou correlatas àquelas lecionadas pelo professor no estabelecimento de origem.

## CAPÍTULO XIV

## Disposições Gerais

**Art. 44** — A correlação das disciplinas de que trata a presente Lei será determinada pelo Conselho de Professores do estabelecimento interessado, tendo em vista a legislação em vigor.

**Art. 45** — As provas de suficiência serão reguladas por Instruções do Ministro da Guerra e os concursos para professor adjunto, por decreto do Presidente da República.

**Parágrafo único** — O Decreto e as Instruções a que se refere o presente artigo deverão estar publicados 90 (noventa) dias após a vigência desta lei.

## CAPÍTULO XV

## Disposições Transitórias

**Art. 46** — Aos atuais catedráticos e adjuntos de catedráticos, militares e civis, efetivados pelo Decreto-lei n.º 103, de 24 de dezembro de 1937 ou por decretos anteriores, são assegurados todos os direitos e prerrogativas contidos não só naquele diploma legal como em toda a legislação vigente até a data da publicação desta lei.

**Parágrafo único** — Os atuais professores efetivos do Magistério do Exército, catedráticos e adjuntos de Catedráticos, civis ou militares, que preferirem os direitos e prerrogativas

da presente lei serão, para todos os efeitos, incluídos no Q.M.E. de acordo com o respectivo tempo de serviço público.

**Art. 47** — Os atuais professores civis vitalícios, com honras de militares, em exercício no Magistério do Exército, serão também incluídos no Q.M.E. de acordo com o respectivo tempo de serviço, com os direitos assegurados pelo § 1.º do art. 14 e pelo art. 15 do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

**Art. 48** — Aos atuais professores civis, quando contarem maior tempo de serviço público que os membros do Q.M.E. de sua disciplina caberá a chefia da cadeira ficando-lhes assegurados os vencimentos e vantagens atribuídos aos professores catedráticos, ainda nos termos do art. 2.º da Lei n.º 2.142, de 24 de dezembro de 1953.

**Art. 49** — Fica assegurado a todos os professores adjuntos em caráter provisório, professores em comissão, instrutores ou profissionais que, sob qualquer outro título, exerçam a atividade de ensino ou instrução na AMAN EP e CM na data da promulgação da presente lei seu aproveitamento como professores adjuntos, se assim o desejarem nas vagas que se verificarem nos citados estabelecimentos de ensino.

**Art. 50** — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga)** —

#### Item 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 162, de 1968 (n.º 1.363-C/68, na Casa de origem), que regula a indenização aos dependentes, e dá outras providências, tendo Parecer, sob n.º 571, de 1970, da Comissão: — **de Constituição e Justiça**, pela aprovação, com emenda que oferece de n.º 1-CCJ.

A matéria foi sobrestada, a fim de aguardar a remessa ao Congresso, do Projeto de Reforma do Código Civil, em virtude da aprovação, em 27 de novembro de 1969, de parecer neste sentido, da Comissão de Constituição e Justiça.

**Reexaminando**, posteriormente, a matéria, e dado que a remessa do citado Código não se fará na presente legislatura, a Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se pela aprovação do projeto, com a emenda que apresentou.

Sobre a mesa, requerimento solicitando adiamento da matéria que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO N.º 190, DE 1970

Nos termos dos arts. 212, letra 1, e 274, letra b, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 162, de 1968, que regula a indenização aos dependentes, e dá outras providências, a fim de ser feita na Sessão de 4 de setembro próximo.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1970. — **Guido Mondin**.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga)** — Em consequência, a matéria sairá da Ordem do Dia para a ela retornar na data fixada.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga)** —

#### Item 3

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre o salário-mínimo dos menores, e dá outras providências, tendo Pareceres, sob n.ºs 558, e 559, de 1968, e 434 e 435, de 1970, das Comissões: — **de Constituição e Justiça**: 1.º pronunciamento, pela constitucionalidade e juridicidade; 2.º pronunciamento, confirmando o parecer anterior; — **de Legislação Social**: 1.º pronunciamento, favorável, com emenda que oferece, de n.º 1-CLS; e 2.º pronunciamento, confirmando o parecer anterior.

A matéria constou da Ordem do Dia de 18 do corrente, sendo adiada a discussão a requerimento do Senador Guido Mondin.

Está em discussão o projeto de lei e a emenda. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 31, DE 1967

Dispõe sobre o salário-mínimo dos menores, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Fica revogada a Lei n.º 5.274, de 24 de abril de 1967.

**Art. 2.º** — Volta a vigorar o art. 80 do Capítulo III, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

**Art. 3.º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga)** — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria irá à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

#### EMENDA N.º 1 (CLS)

Ao art. 2.º

Redija-se:

“Art. 2.º — Fica revigorado o art. 80 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação constante do art. 3.º do Decreto-lei n.º 229, de 28 de fevereiro de 1967.”

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga)**

#### Item 4:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1968, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias, tendo PARECERES sob n.ºs 550, 551, 552 e 553, de 1970, das Comissões: — **de Constituição e Justiça**, pela juridicidade e constitucionalidade; — **de Economia**, pela rejeição;

— de Legislação Social, pela rejeição; e — de Finanças, pela rejeição.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

# **PROJETO DE LEI DO SENADO** N.º 13, DE 1968

**Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — São as Caixas Econômicas Federais, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e demais instituições oficiais congêneres autorizados a conceder financiamento, para construção ou aquisição de unidades residenciais, a quem possua casa própria, desde que comprovado:

I. possuir o interessado, no caso de construção, terreno de sua propriedade para esse fim;

II. ter margem consignável, em sua remuneração, suficiente ao atendimento de novo ônus;

III. estar em dia com o pagamento do imóvel anteriormente adquirido, com prestações realizadas há mais de 2 (dois) anos.

**Art. 2.º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga)** — Terminada a Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a presente Sessão, convocando, antes, os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária às 17:30 horas, com a seguinte

## **ORDEM DO DIA**

1

### **ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA**

Discussão, em turno único, do Parecer de Comissão de Relações Exte-

riores sobre a Mensagem n.º 117/70 (n.º 255/70, na origem), de 20 de agosto de 1970, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo do Ceilão, cumulativamente com a de Embaixador junto ao Governo da Índia.

2

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO** N.º 41, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970 (n.º 138-B/70, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, adotada em Londres a 23 de junho de 1969 (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior), tendo, PARECER FAVORÁVEL, sob o n.º 575, de 1970, da Comissão: — de Relações Exteriores.

3

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO** N.º 45, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970 (n.º 141-B/1970, na Casa de origem), que aprova o Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agrônomicas sobre privilégios e imunidades do Instituto, firmado em Brasília, a 2 de março de 1970 (incluído em Ordem do dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior), tendo PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 576, 577, 578 e 579, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça; — de Relações Exteriores; — de Agricultura; e — de Finanças.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas.)

## **ATA DA 114.ª SESSÃO** **EM 26 DE AGOSTO DE 1970**

**4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura**

**EXTRAORDINÁRIA**

**PRESIDÊNCIA DO SR. JOÃO CLEOFAS**

As 17 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Oscar Passos — Flávio Brito — Milton Trindade — Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Victorino Freire — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Dinarte Mariz — Manoel Villaga — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — João Cleofas — Pessoa de Queiroz — José Ermirio — Júlio Leite — Josaphat Marinho — Carlos Lindenberg — Raul Giuberti — Paulo Torres — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares — Nogueira da Gama — Carvalho Pinto — Lino de Mattos — Moura Andrade — Bezerra Neto — Celso Ramos — Antônio Carlos — Atílio Fontana — Guido Mondin — Daniel Krieger — Mem de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)**

— A lista de presença acusa o comparecimento de 38 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)**

— Em discussão a Ata. (Pausa.)

**O SR. FLAVIO BRITO (Sobre a Ata.)** — Sr. Presidente, ouvi a leitura da Ata e parece-me que o Sr. Secretário na referência ao meu discurso, leu Philippe Lamont. Mas eu citei Philippe Blamont.

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)**

— Será feita a retificação solicitada pelo nobre Senador.

Continua em discussão. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)**

— O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

## EXPEDIENTE

### MENSAGENS

#### DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

N.º 118/70 (n.º 260/70, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n.º 23/70 (n.º 2.192-B/70, na Casa de origem), que "Inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos o Projeto de Crédito Rural Orientado (projeto que se transformou na Lei n.º 5.600, de 24-8-70);

N.º 15/70-CN (n.º 263/70, na origem), de 26 do corrente, solicitando seja considerado como de Lei Complementar, o Projeto que "Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências".

### PARECERES

#### PARECERES

N.ºs 580, 581 E 582, DE 1970

sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 96, de 1968, que fixa os limites das águas territoriais do Brasil.

#### PARECER N.º 580

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Sr. Eurico Rezende

O projeto ora submetido à nossa apreciação é da lavra do Senador Lino de Mattos e tem por objeto aumentar, para 200 milhas, os limites das águas territoriais do Brasil.

A proposição foi amplamente justificada e dela merece especial destaque o ponto em que o eminente autor da norma acentua a existência comprovada em nossos mares de grandes reservas de petróleo e de plâncton.

A matéria sob exame tem se constituido numa preocupação constante para os homens desde a Grécia antiga até os dias atuais e certamente no futuro.

Só no Congresso foram apresentadas, sobre o assunto, diversas proposições, a saber:

- 1) Projeto de Lei da Câmara n.º 527, de 1967, do Deputado Arolindo de Carvalho (200 milhas);
- 2) Projeto de Lei da Câmara n.º 545, de 1967, do Deputado Adylio Viana (12 milhas);

3) Projeto de Lei da Câmara n.º 560, de 1967, do Deputado Flôres Soares (100 milhas).

Recebemos o presente processo antes do recesso de 1969, comportando, entanto, a matéria profundo estudo, dada a sua relevância, os seus aspectos políticos e, principalmente, a sua interligação com a segurança nacional.

O aspecto que mais nos retardou no exame do assunto foi a constatação de que a aprovação do projeto redundaria em sobrecarregar nossas Forças de Mar sem que lhe déssemos, em contrapartida, meios materiais para fazer face ao ônus decorrente do aumento de nossas águas territoriais, como pretendido pelo projeto.

Fomos então surpreendidos pelo recesso e, posteriormente, com a emissão do Decreto-lei n.º 1.098, de 30 de março de 1970, que exauriu os objetivos da proposição.

Somos, ante o exposto, pela rejeição do projeto, atendidos que foram seus propósitos.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1970. — Petrónio Portella, Presidente — Eurico Rezende, Relator — Antônio Carlos — Carvalho Pinto — Dinarte Mariz — Guido Mondin — Carlos Lindenberg — Bezerra Neto — Antônio Balbino, considero apenas prejudicado o projeto — Josaphat Marinho, na forma do voto do Senador Antônio Balbino.

#### PARECER N.º 581

Da Comissão de Segurança Nacional

Relator: Sr. Attilio Fontana

Apresentado pelo ilustre Senador Lino de Mattos, o presente projeto fixa em "200 (duzentas) milhas a jurisdição brasileira sobre as águas marítimas que banham as costas territoriais do Brasil".

2. O ilustre autor, justificando a medida, entre outros motivos, invoca o fato de que, sendo o mar brasileiro um dos mais ricos do mundo, vem sendo explorado clandestinamente por barcos pesqueiros e navios de outras nações, interessados no minério existente na plataforma continental e em outras de suas riquezas, muitos dos quais têm sido apreendidos pela nossa valorosa Marinha de Guerra, conforme noticiaram os órgãos da imprensa.

3. A matéria, no Congresso Nacional, tem sido objeto de constante preocupação por parte dos parlamentares, conforme salienta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, citando as seguintes iniciativas:

- 1) Projeto de Lei da Câmara n.º 527, de 1967 (200 milhas);
- 2) Projeto de Lei da Câmara n.º 545, de 1967 (12 milhas);
- 3) Projeto de Lei da Câmara n.º 560, de 1967 (100 milhas).

Aquela Comissão, no entanto, opina pela rejeição do projeto face ao Decreto-lei n.º 1.098, de 30 de março de 1970, "que exauria os objetivos da proposição".

4. Realmente, o Governo, durante o período de recesso do Congresso Nacional, editou o Decreto-lei em questão, elevando o limite em tela para, exatamente, duzentas milhas.

5. Diante do exposto e louvando a iniciativa do ilustre Senador Lino de Mattos, opinamos, também, pela rejeição do projeto, vez que atendido pela legislação em vigor.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1970. — Victorino Freire, Presidente — Attilio Fontana, Relator — José Guimard — Gilberto Marinho — Dinarte Mariz.

#### PARECER N.º 582

Da Comissão de Relações Exteriores  
Relator: Sr. Pessoa de Queiroz

O projeto ora sob o nosso exame, de autoria do ilustre Senador Lino de Mattos, em seu art. 1.º, fixa em duzentas (200) milhas "a jurisdição brasileira sobre as águas marítimas que banham as costas territoriais do Brasil".

2. Em sua justificação, o Autor lembra que "nos últimos tempos, têm noticiado os órgãos de nossa imprensa, com bastante frequência, apresamentos, dentro dos limites atuais do mar brasileiro, considerado dos mais ricos do mundo, de barcos pesqueiros de diversas nações e até de navios, estes, realizando, ilegalmente, pesquisas de minérios".

Invoca, ainda, o Autor os precedentes da Argentina, do Equador, do Chile, de El Salvador, do Peru e do Panamá, que já estenderam para duzentas milhas o referido limite.

3. As Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional, no

entanto, ao examinar a proposição, opinaram pela sua rejeição, uma vez já terem os seus objetivos sido atendidos pela legislação em vigor, ou seja, pelo Decreto-lei n.º 1.098, de 1970, editado durante o período de recesso do Congresso Nacional, em data, portanto, posterior a da apresentação do presente projeto.

4. Realmente, o art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.098, de 25 de março de 1970, dispõe:

"O mar territorial do Brasil abrange uma faixa de 200 (duzentas) milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha do baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras."

"A soberania do Brasil", consoante estabelece o art. 2.º do citado dispositivo legal, "se estende no espaço aéreo acima do mar territorial, bem como ao leito e subsolo deste mar".

O Sr. Presidente da República editou o referido Decreto-lei invocando três consideranda, a saber:

1.º) "Que o interesse especial do Estado costeiro na manutenção da produtividade dos recursos vivos das zonas marítimas adjacentes a seu litoral é reconhecido pelo Direito Internacional";

2.º) "Que tal interesse só pode ser eficazmente protegido pelo exercício da soberania inerente ao conceito do mar territorial;" e

3.º) "Que cada Estado tem competência para fixar seu mar territorial dentro de limites razoáveis, atendendo a fatores geográficos e biológicos assim como às necessidades de sua população e sua segurança e defesa."

5. Dessa forma, foi plenamente atendido o disposto no presente projeto, razão por que, acompanhando os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional, opinamos, também, pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1970. — Gilberto Marinho, Presidente — Pessoa de Queiroz, Relator — Carlos Lindenberg — Moura Andrade — Petrónio Portella — Mem de Sá — Antônio Carlos — José Guimard — Bezerra Neto.

# O SR. PRESIDENTE João Cleofas)

— De acordo com o disposto no art. 9.º, combinado com o art. 90 do Regimento Comum, esta Presidência designa, para comporem a Comissão Mista que deverá apreciar o Projeto de Lei Orçamentária na presente Sessão legislativa, os seguintes Senhores Congressistas:

## DEPUTADOS

### ARENA

#### Titulares

1. Aderbal Jurema
2. Aécio Cunha
3. Alair Ferreira
4. Alexandre Costa
5. Armando Corrêa
6. Ary Alcântara
7. Batista Ramos
8. Batista Miranda
9. Bento Gonçalves
10. Bias Fortes
11. Elias Carmo
12. Emival Calado
13. Furtado Leite
14. Garcia Netto
15. Janary Nunes
16. Jessé Freire
17. Joaquim Parente
18. Josias Leite
19. Lenoir Vargas
20. Lyrio Bertoli
21. Luiz Garcia
22. Maia Neto
23. Manoel de Almeida
24. Manoel Novaes
25. Manoel Rodrigues
26. Mário Tamborindeguy
27. Milvernes Lima
28. Nossier Almeida
29. Oceano Carleal
30. Oswaldo Zanello
31. Mendes de Moraes
32. Raymundo Parente
33. Saldanha Derzi
34. Virgílio Távora
35. Wilson Braga
36. Wilson Falcão

## DEPUTADOS

### ARENA

#### Suplentes

1. Alberto Costa
2. Albino Zeni
3. Ary Valadão
4. Antônio Feliciano
5. Floriano Rubin
6. Guilherme Machado
7. Milton Brandão
8. Oscar Cardoso

9. Ossian Araripe
10. Pires Sabóia
11. Tarso Dutra
12. Rafael Magalhães

## DEPUTADOS

### M.D.B.

#### Titulares

1. Janduhy Carneiro
2. Regis Pacheco
3. Renato Azeredo
4. Victor Isler
5. Alceu Carvalho
6. José Carlos Teixeira
7. Paes de Andrade
8. Joel Ferreira
9. José Freire

## DEPUTADOS

### M.D.B.

#### Suplentes

1. João Menezes
2. Affonso Celso
3. Pedro Faria

## SENADORES

### ARENA

#### Titulares

1. Carvalho Pinto
2. Mem de Sá
3. Clodomir Millet
4. Adolpho Franco
5. Dinarte Mariz
6. Carlos Lindenberg
7. Antônio Carlos
8. Guido Mondin
9. Waldemar Alcântara
10. Flávio Brito
11. Eurico Rezende

## SENADORES

### ARENA

#### Suplentes

1. Petrónio Portella
2. Cattete Pinheiro
3. Paulo Tórres
4. Duarte Filho

## SENADORES

### M.D.B.

#### Titulares

1. Argemiro de Figueiredo
2. Lino de Mattos
3. Adalberto Sena
4. Aurélio Vianna

## SENADORES

### M.D.B.

#### Suplente

1. Bezerra Neto.

Nos termos do § 2.º do art. 10 do Regimento Comum, a Comissão Mista, ora constituída, deverá reunir-se dentro de 48 horas, sob a Presidência do mais idoso de seus componentes, para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, devendo, para tanto, seus membros, entrar em contato com a Diretoria das Comissões do Senado.

Dentro de 3 dias de sua instalação, a Comissão deverá elaborar e fazer publicar as normas para o oferecimento de emendas e disciplina de seu strabalhos (art. 95 do Regimento Comum). (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Cleofas) — Não há orador inscrito. (Pausa.)

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1

Discussão, em turno único, do Parecer de Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 117/70 (n.º 255/70, na origem), de 20 de agosto de 1970, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo do Ceilão, cumulativamente com a de Embaixador junto ao Governo da Índia.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em Sessão secreta peço aos Srs. funcionários tomem as providências de direito.

(A Sessão transforma-se em secreta às 17 horas e 50 minutos e volta a ser pública às 18 horas.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Cleofas) — A Sessão volta a ser pública.

Passa-se ao item 2 da Ordem do Dia.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970 (n.º 138-B/70, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, adotada em Londres a 23 de junho de 1969 (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício

concedida na Sessão anterior), tendo, **PARECER FAVORÁVEL**, sob o n.º 575, de 1970, da Comissão — de Relações Exteriores.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 41, DE 1970

(N.º 138-B/70, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, adotada em Londres a 23 de junho de 1969.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — É aprovado o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, adotada em Londres a 23 de junho de 1969.

**Art. 2.º** — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (João Cleofas) —

##### Item 3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970 (n.º 141-B/1970, na Casa de origem), que aprova o Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília, a 2 de março de 1970 (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na Sessão anterior), tendo **PARECERES FAVORÁVEIS**, sob n.ºs 576,

577, 578 e 579, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça; — de Relações Exteriores; — de Agricultura; e — de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

A matéria irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 45, DE 1970

(N.º 141-B/70, na Casa de origem)

Aprova o Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — É aprovado o Acórdão Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

**Art. 2.º** — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (João Cleofas) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente Sessão, designando para a próxima a seguinte

#### ORDEM DO DIA

##### 1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 184, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 184, de 1968



(n.º 3.116-B/61, na Casa de origem), que permite as brigas de galos ou quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie, ou espécies diferentes, e dá outras providências, tendo PARECERES, sob n.ºs 564 e 565, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e — de Agricultura, pela aprovação.

2

### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 19, DE 1970

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, de acordo com o art. 265 do Regulamento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 1970, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que

faculta aos deficientes de visão o ingresso no Serviço Público Federal, e dá outras providências, tendo PARECER, sob n.º 523, de 1970, da Comissão: — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (João Cleofas) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 18 horas e 10 minutos.)

## ATA DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

#### 8.ª REUNIAO, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1970

As dezesseis horas do dia vinte e cinco de agosto do ano de mil novecentos e setenta, presentes os Senhores Senadores Gilberto Marinho, Presidente, Pessoa de Queiroz, Carlos Lindenberg, Moura Andrade, Petrónio Portella, Mem de Sá, Antônio Carlos, José Guimard e Bezerra Neto, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Filinto Müller, Waldemar Alcântara, Antônio Carlos, Ney Braga, Milton Campos, Arnon de Mello, José Cândido, Mello Braga, Aurélio Vianna e Oscar Passos.

É lida e sem debates aprovada a Ata da reunião anterior.

Dos pareceres constantes da pauta são relatados os seguintes:

#### Pelo Senador Pessoa de Queiroz:

— Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n.º 96, de 1968, de autoria do Senador Lino de Mattos, que fixa os limites das águas territoriais do Brasil.

#### Pelo Senador Moura Andrade:

— Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, adotada em Londres, a 23 de junho de 1969.

#### Pelo Senador Bezerra Neto:

— Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970, que aprova o Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre privilégios e imunidades do Instituto, firmado em Brasília, a 2 de março de 1970.

Em discussão e votação, são os pareceres aprovados, por unanimidade, pela Comissão.

A seguir, o Senhor Presidente torna secreta a reunião, a fim de ser discutida e votada a Mensagem n.º 117, de 1970, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Ministro Wladimir do Amaral Murtinho para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Go-

vérno do Ceilão, cumulativamente com a função de Embaixador junto ao Governo da Índia.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário ad hoc, a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

#### 4.ª REUNIAO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1970

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões, presentes os Senhores Senadores Clodomir Millet, Presidente, José Guimard, Milton Trindade, Flávio Brito e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão de Valorização da Amazônia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Oscar Passos.

O Senhor Presidente declara iniciados os trabalhos, concedendo a palavra ao Senhor Senador José Guimard, que na qualidade de Relator, emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 194, de 1968 (n.º 3.228-B/65, na Câmara), que "dispõe sobre a garantia recíproca entre proprietário e arrendatário de seringal, na Amazônia, visando a intensificação, em grande escala, da cultura da seringueira".

Em seguida é o parecer discutido e aprovado, pelos Senhores Senadores presentes à Reunião.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

#### 7.ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1970

As dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte e seis de agosto de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Celso Ramos, Presidente, presentes os Srs. Senadores Bezerra Neto, José

Gulomard e Guido Mondin, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas do Senado Federal.

Ausentes, por motivo justificado, os Srs. Senadores Vasconcelos Torres, Arnon de Mello e Pessoa de Queiroz.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, sendo a mesma tida como aprovada.

Não havendo expediente, o Sr. Presidente passa de imediato à pauta dos trabalhos, cujo item único apresenta:

Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1970 (número 1.977-B/68, na Casa de origem), que torna obrigatória a ornamentação de estradas federais por árvores frutíferas.

É concedida a palavra ao Sr. Senador Guido Mondin, Relator designado.

O Sr. Relator historia a origem e tramitação do Projeto; esclarece seus objetivos e conclui propondo seja o Ministério dos Transportes convidado a se pronunciar sobre a matéria.

Em discussão, não havendo oradores, o Sr. Presidente declara em votação o Parecer, que é aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente determina sejam adotadas as providências necessárias para o cumprimento da diligência aprovada, e declara esgotada a pauta dos trabalhos.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente dá por encerrada a Reunião. Para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, a qual, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

### SUBCOMISSÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Publicação devidamente autorizada pelo Presidente da Subcomissão de Previdência Social

Subcomissão destinada a examinar os problemas de Previdência Social, especialmente os relacionados com o funcionamento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criada por decisão da Comissão de Legislação Social, em sua reunião de 19 de agosto de 1970, em decorrência da aprovação da indicação n.º 2, de 1970, de autoria do Sr. Senador Júlio Leite.

Membros Efetivos:

Membros Suplentes:

Senador Mello Braga

Senador José Leite

Senador Aurélio Vianna

Senador Argemiro de Figueiredo

Senador Júlio Leite

Presidente: Senador Mello Braga

Vice-Presidente: Senador Aurélio Vianna

Relator: Senador Júlio Leite

#### I) Instituições a serem consultadas por escrito para o fornecimento de subsídios:

##### A) Categorias Econômicas (Empregadores)

a) Confederações Nacionais representativas das categorias econômicas:

Indústria, Comércio e Transportes Terrestres;

b) Federações Estaduais representativas das categorias econômicas:

Indústria, Comércio e Transportes Terrestres;

c) Sindicatos Nacionais representativos das categorias econômicas:

Transporte Marítimo, Aéreo, Comunicações e Publicidade e Empresas de Crédito;

#### B) Categorias Profissionais (Empregados)

a) Confederações Nacionais dos Trabalhadores:

Indústria, Comércio, Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Transportes Terrestres e Empresas de Crédito;

b) Federações Estaduais dos Trabalhadores nas categorias profissionais acima indicadas, onde houver.

#### C) Profissionais Liberais (Autônomos)

a) Confederação Nacional das Profissões Liberais;

b) Federações e Sindicatos das categorias profissionais autônomas.

#### II) Autoridades a serem convidadas para fazer exposição pessoalmente:

1. Dirigente do Serviço Social da Indústria (SESI);

2. Dirigente do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

3. Dirigente do Serviço Social do Comércio (SESC);

4. Dirigente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);

5. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);

6. Coordenador de Assistência Médica do INPS;

7. Coordenador de Arrecadação e Fiscalização do INPS;

8. Coordenador de Seguros do INPS;

9. Coordenador de Serviços Gerais do INPS;

10. Presidentes das Confederações Nacionais representativas das Categorias Econômicas e das Categorias Profissionais acima indicadas.

Local das reuniões: Sala da Comissão de Finanças. — Endereço para correspondência: Anexo do Senado Federal, 11.º andar. — Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE)	4º-Secretário: Manoel Villaga (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA)	Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Guilherme Mondim (ARENA — RS) Dinarte Mariz (ARENA — RN)
2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP)	2º-Suplente: Siegfredo Pacheco (ARENA — PI)	DO MDB
1º-Secretário: Fernando Corrêa (ARENA — MT)	3º-Suplente: Domício Gondim (ARENA — PB)	Líder: Aurélio Vianna (GB)
2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM)	4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC) Bezerra Neto (MT)
3º-Secretário: Paulo Torres (ARENA — RJ)		

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E  
DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**ARENA**

**TITULARES**

Arnon de Mello  
José Leite  
Benedicto Valladares  
Vasconcelos Torres  
Teotônio Vilela

**SUPLENTE**

Mello Braga  
José Guimard  
Adolpho Franco  
Lobão da Silveira  
Victorino Freire

**MDB**

Nogueira da Gama  
Josaphat Marinho

José Ermírio  
Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Ridrigues Costa — R. 360.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Flávio Brito

Vice-Presidente: Atílio Fontana

**ARENA**

**TITULARES**

Flávio Brito  
Ney Braga  
Atílio Fontana  
Teotônio Vilela  
Milton Trindade

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
José Guimard  
Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
Clodomir Millet

**MDB**

José Ermírio  
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO  
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO  
— ALALC**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**ARENA**

**TITULARES**

Arnon de Mello  
Antônio Carlos  
Mello Braga  
Vasconcelos Torres  
Mem de Sá

**SUPLENTE**

José Leite  
Eurico Rezende  
Benedicto Valladares  
Carvalho Pinto  
Filinto Müller

**MDB**

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

(13 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petrônio Portella

Vice-Presidente: Antônio Carlos

**ARENA**

**TITULARES**

Milton Campos  
Antônio Carlos  
Carvalho Pinto  
Eurico Rezende  
Guilherme Mondim  
Petrônio Portella  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Clodomir Millet  
Moura Andrade

**SUPLENTE**

Mem de Sá  
Flávio Brito  
Benedicto Valladares  
Milton Trindade  
Júlio Leite  
Mello Braga  
Adolpho Franco  
Filinto Müller  
Dinarte Mariz

**MDB**

Antônio Balbino  
Bezerra Neto  
Josaphat Marinho

Argemiro de Figueiredo  
Nogueira da Gama  
Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL (11 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

#### ARENA

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Dinarte Mariz	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Mello Braga
Petrônio Portella	Teotônio Vilela
Atílio Fontana	José Leite
Júlio Leite	Mem de Sá
Clodomir Millet	Filinto Müller
Guido Mondin	Milton Trindade
Antônio Fernandes	Waldemar Alcântara

#### MDB

Aurélio Vianna	Bezerra Neto
Adalberto Sena	Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos	

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

### COMISSÃO DE ECONOMIA (11 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá  
Vice-Presidente: José Ermirio

#### ARENA

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Mem de Sá	José Leite
Carlos Lindenberg	Filinto Müller
Júlio Leite	Petrônio Portella
Teotônio Vilela	Eurico Rezende
Ney Braga	Arnon de Mello
Cattete Pinheiro	Antônio Carlos
Atílio Fontana	Flávio Brito
Duarte Filho	Milton Trindade

#### MDB

Bezerra Neto	Nogueira da Gama
José Ermirio	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Guido Mondin

#### ARENA

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Eurico Rezende	Benedicto Valladares
Ney Braga	Waldemar Alcântara
Guido Mondin	Antônio Carlos
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Duarte Filho	Raul Giuberti

#### MDB

Adalberto Sena	Ruy Carneiro
Antônio Balbino	

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

### COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO (11 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade  
Vice-Presidente: José Cândido

#### ARENA

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Moura Andrade	José Guimard
Antônio Carlos	Victorino Freire
Waldemar Alcântara	Filinto Müller
Milton Trindade	Lobão da Silveira
Flávio Brito	Raul Giuberti
José Cândido	Petrônio Portella
Eurico Rezende	Daniel Krieger
Guido Mondin	

#### MDB

Ruy Carneiro	Adalberto Sena
Antônio Balbino	José Ermirio
Argemiro de Figueiredo	

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

### COMISSÃO DE FINANÇAS (17 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo  
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

#### ARENA

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Carvalho Pinto	Carlos Lindenberg
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Mem de Sá	José Guimard
José Leite	Daniel Krieger
Moura Andrade	Petrônio Portella
Clodomir Millet	Milton Trindade
Adolpho Franco	Antônio Carlos
Raul Giuberti	Benedicto Valladares
Júlio Leite	Mello Braga
Waldemar Alcântara	Flávio Brito
Vasconcelos Torres	Filinto Müller
Atílio Fontana	Duarte Filho
Dinarte Mariz	Eurico Rezende

#### MDB

Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	Aurélio Vianna
José Ermirio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio  
Vice-Presidente: Júlio Leite

#### ARENA

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Flávio Brito	José Cândido
Adolpho Franco	Mello Braga
Júlio Leite	Arnon de Mello
Mem de Sá	Clodomir Millet
Teotônio Vilela	Milton Trindade

#### MDB

Antônio Balbino	Ruy Carneiro
José Ermirio	Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Adolpho Franco  
Vice-Presidente: Mello Braga

**ARENA**

**TITULARES**

Adolpho Franco  
Victorino Freire  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite

**SUPLENTE**

Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Raul Giuberti  
Duarte Filho

**MDB**

Aurélio Vianna  
Josaphat Marinho

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Jose Leite

**ARENA**

**TITULARES**

Antônio Carlos  
José Leite  
Celso Ramos  
Carlos Lindenberg  
Benedicto Valladares

**SUPLENTE**

Vasconcelos Torres  
Jose Guilomard  
Teotônio Vilela  
Guido Mondin  
Victorino Freire

**MDB**

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Oscar Passos

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ruy Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho

**ARENA**

**TITULARES**

Clodomir Millet  
Antônio Fernandes  
Arnon de Mello  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel

**SUPLENTE**

Teotônio Vilela  
José Leite  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

**ARENA**

**TITULARES**

Daniel Krieger  
Raul Giuberti  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Waldemar Alcântara  
Carvalho Pinto

**SUPLENTE**

Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Filinto Müller  
Guido Mondin  
José Guilomard

**MDB**

José Ermirio  
Aurélio Vianna  
Ruy Carneiro

Antônio Balbino

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Antônio Carlos

**ARENA**

**TITULARES**

Benedicto Valladares  
Cattete Pinheiro  
Antônio Carlos  
Mem de Sá

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
José Leite  
Clodomir Millet

**MDB**

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gilberto Marinho  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**ARENA**

**TITULARES**

Filinto Müller  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Mem de Sá  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Gilberto Marinho  
Arnon de Mello  
José Cândido  
Mello Braga

**SUPLENTE**

José Guilomard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Teotônio Vilela  
Clodomir Millet

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Aurélio Vianna  
Oscar Passos  
Bezerra Neto

Josaphat Marinho  
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Raul Giuberti

**ARENA**

**TITULARES**

Cattete Pinheiro  
Duarte Filho  
Waldemar Alcântara  
José Cândido  
Raul Giuberti

**SUPLENTE**

Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
José Leite  
Flávio Brito  
Vasconcelos Torres

**MDB**

Adalberto Sena  
Bezerra Neto

Nogueira da Gama  
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Victorino Freire  
Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA**
**TITULARES**

Victorino Freire  
José Guimard  
Gilberto Marinho  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
Attilio Fontana  
Dinarte Mariz  
Mello Braga  
Celso Ramos

**MDB**

Oscar Passos  
Aurélio Vianna  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.  
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carlos Lindenberg  
Vice-Presidente: José Guimard

**ARENA**
**TITULARES**

Victorino Freire  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Raul Giuberti  
José Guimard

**SUPLENTE**

Celso Ramos  
Petronio Portella  
Eurico Rezende  
Menezes Pimentel

**MDB**

Ruy Carneiro  
Adalberto Sena  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Celso Ramos  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**ARENA**
**TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Vasconcelos Torres  
José Guimard

**SUPLENTE**

Guido Mondin  
Attilio Fontana  
Eurico Rezende  
Lobão da Silveira  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Bezerra Neto  
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.  
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Clodomir Millet  
Vice-Presidente: Milton Trindade

**ARENA**
**TITULARES**

Clodomir Millet  
Milton Trindade  
José Guimard  
Flávio Brito  
Lobão da Silveira

**SUPLENTE**

José Cândido  
Filinto Müller  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Cattete Pinheiro

**MDB**

Oscar Passos  
Adalberto Sena  
Aurélio Vianna

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —  
Ramal 313.  
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-  
teriores.

**ASSINATURAS DO**
**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**
**(SEÇÃO II)**

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE  
PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

**PREÇOS DAS ASSINATURAS:**
**Via Superfície:**

Semestre .. Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

**Via Aérea:**

Semestre .. Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

# Nôvo Código Penal

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

**1.<sup>a</sup> Parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria**

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

**2.<sup>a</sup> Parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69**

- Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

A Revista, ao preço unitário de Cr\$ 10,00, pode ser solicitada ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Praça dos Três Podêres — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

Nota: Os pedidos devem ser acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.



# LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO  
CITADA OU REVOGADA

**1º VOLUME CONTENDO 266 PAGINAS**

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 A 4  
ATOS COMPLEMENTARES DE 1 A 37  
DECRETOS-LEIS N.ºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

**4º VOLUME CONTENDO 490 PAGINAS**

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 8 E 9  
ATO COMPLEMENTAR Nº 51  
DECRETOS-LEIS N.ºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

**2º VOLUME CONTENDO 314 PAGINAS**

ATO INSTITUCIONAL Nº 5  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 38 A 40  
DECRETOS-LEIS N.ºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

**5º VOLUME CONTENDO 336 PAGINAS**

ATO INSTITUCIONAL Nº 10  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 52 A 56  
DECRETOS-LEIS N.ºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

**3º VOLUME CONTENDO 304 PAGINAS**

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 6 E 7  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 41 A 50  
DECRETOS-LEIS N.ºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

**6º VOLUME CONTENDO 488 PAGINAS**

ATO INSTITUCIONAL Nº 11  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 57 A 62  
DECRETOS-LEIS N.ºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

**7º VOLUME CONTENDO 290 PAGINAS**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1  
ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 12 A 17  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 63 A 67  
DECRETOS-LEIS N.ºs 805 A 851  
LEGISLAÇÃO CITADA

Preço: Cr\$ 10,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue a

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

A quem devem ser endereçados os pedidos.

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 - ZC-02 e Av. Graça Aranha 26  
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 - Caixa Postal 5534

Em Brasília: SQS 104 Bloco "A" - Loja 11.

**JURISPRUDÊNCIA  
DO  
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**"REFERÊNCIAS DA  
SÚMULA DO STF"**

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

**CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS**

NO 10.º VOLUME O ÍNDICE COMPLETO POR MATÉRIA. — O 20.º VOLUME CONTÉM OS ENUNCIADOS DAS NOVAS SÚMULAS N.ºs 473 A 551. — O 21.º VOLUME CONTÉM O REGIMENTO INTERNO DO STF (ATUALIZADO)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS. JÁ PUBLICADOS, ATÉ O MOMENTO: 24 VOLUMES.

**(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)**

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.**

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia do Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.  
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.

**Serviço Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**